40 ANOS FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

AGRICULTURA E BALANÇA COMERCIAL

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS
AGROANALYSIS

VOLUME 8 Nº 2 FEVEREIRO DE 1984

IMPRESSO

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS BIBLIOTECA

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO

338.105
0004
p
v.8, n.2, fev. 1984

P R1

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

NOTA DA EDIÇÃO

Há um ano, o governo federal promoveu a segunda maxidesvalorização da moeda na atual gestão, com o fim de eliminar distorções no câmbio e tornar factível a meta referente ao saldo da balança comercial, pelo barateamento relativo dos produtos brasileiros.

Encerrado 1983, viu-se que esta segunda maxi surtiu efeito, como fator de estímulo às exportações, imediatamente após sua decretação, com o saldo comercial de março do ano passado equiparando-se ao do bimestre anterior. Como elemento de contenção das importações, somou-se às medidas administrativas adotadas e, no final do ano, alcançou-se o almejado superávit, mais pela via da redução das compras externas, do que pelo aumento da competitividade da produção brasileira no mercado internacional.

O resultado deste processo acarretou sacrifícios de toda a nação, visíveis no aumento do número de falências, concordatas e do desemprego, sem que se conseguisse deter a erosão do poder de compra da moeda.

Para 1984, mesmo desconsiderando-se as inevitáveis previsões **orwellianas**, *não se pode esperar, ainda, uma situação de desafogo, uma trégua na luta pela recuperação da economia do país. A projetada receita cambial de US$ 24,5 bilhões (12% superior à de 1983), e a programada repetição do dispêndio com as importações, no ano passado, US$ 15,5 bilhões, dão a medida das dificuldades dos próximos meses.*

Espera-se que o setor agrícola aumente sua participação no esforço empreendido. Em 1983, 54% das exportações totais originaram-se do campo e supõe-se que, este ano, as exportações agrícolas poderão corresponder a 60% do total, gerando uma receita de US$ 14,7 bilhões. A recente liberação das exportações de arroz e milho pode ser entendida neste contexto de dificuldades, embora possam acarretar outros problemas, ao desfalcarem o mercado interno de gêneros essenciais, num momento particularmente ingrato para os trabalhadores assalariados.

O presente número de **Agroanalysis** *procura analisar o desempenho do setor agrícola no que diz respeito às contas externas, em 1983, comentando as tendências dos mercados dos principais produtos de origem agrícola exportados pelo Brasil, no corrente ano. No mês de agosto, novamente se dedicará uma análise às relações entre a agricultura e a balança comercial. Ter-se-á, então, uma idéia da confirmação, ou não, das tendências aqui apresentadas.*

SUMÁRIO

ANÁLISE SOBRE AGRICULTURA E BALANÇA COMERCIAL 2

PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS

- Açúcar 8
- Cacau 9
- Café 11
- Carne Bovina 13
- Frangos 14
- Suco de Laranja 17
- Têxteis 19

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 21

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS 24

CALENDÁRIO DAS PRINCIPAIS LAVOURAS PERMANENTES 25

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS

- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

AGRICULTURA E BALANÇA COMERCIAL

EMBORA NÃO POSSA MAIS SER CARACTERIZADO COMO UM "PAÍS ESSENCIALMENTE AGRÍCOLA", O BRASIL DEPENDE FUNDAMENTALMENTE DA AGRICULTURA PARA A MANUTENÇÃO DE SEU PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO. O PRESENTE ESTUDO ABORDA O PESO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA NA BALANÇA COMERCIAL DO PAÍS, EM 1983, E SUA TENDÊNCIA PARA 1984.

Na passagem de 1982 para 1983, foram divulgadas as metas que o Brasil havia acordado com o **Fundo Monetário Internacional (FMI)**, relativas às contas externas. O principal compromisso assumido foi o de gerar um superávit comercial de US$ 6 bilhões, em 1983. Àquela altura, poucos acreditavam na viabilidade do compromisso. O ceticismo calcava-se no acanhado superávit acumulado em 1982 (US$ 778 milhões) e, posteriormente, no fraco desempenho dos primeiros meses de 1983.

O grande esforço exportador empreendido pelo país, em 1982, havia sido anulado, em boa medida, pelo aprofundamento da recessão das principais economias industrializadas e pela crise de liqüidez internacional que atingiu diversos países, entres eles, o Brasil. Não havia a expectativa de que este quadro viesse a sofrer alteração significativa a curto ou a médio prazo. Como seria possível, então, saltar de um saldo comercial de US$ 778 milhões para os US$ 6 bilhões pretendidos?

Identicamente, a programação das contas externas de 1984 vem sendo questionada por importantes segmentos da sociedade brasileira. Estes segmentos têm levantado dúvidas quanto à viabilidade das metas divulgadas e, principalmente, quanto à adequação destes objetivos às reais necessidades da economia brasileira.

Não cabe aqui discutir questões tão amplas e complexas. Contudo, é oportuno verificar de que maneira foi possível concretizar o compromisso do ano passado e examinar a possibilidade de sucesso das metas fixadas para 1984, especulando, ainda, sobre algumas das conseqüências que poderão advir deste processo. Como é natural, concentrar-se-á o esforço de análise nos principais produtos de origem agrícola, cujas perspectivas específicas de cada mercado estão delineadas no final.

A composição do superávit de US$ 6 bilhões

As metas do comércio externo do ano passado, divulgadas no início de 1983, estabeleciam que o valor das exportações deveria situar-se em US$ 23 bilhões e os gastos com as importações em US$ 17 bilhões, gerando o pretendido saldo de US$ 6 bilhões. O cumprimento dessas metas exigiria uma significativa contenção da economia. Todos esperavam, portanto, um certo aprofundamento da recessão, com aumento do desemprego e, possivelmente, algum nível adicional de pressão inflacionária, pois as exportações deveriam aumentar em US$ 2,8 bilhões e as importações sofreriam um corte de US$ 2,4 bilhões, valores estes que, somados ao superávit existente em 1982 (US$ 778 milhões), comporiam o saldo comercial pretendido.

Conhecidos os resultados finais, verifica-se que o sacrifício imposto à economia brasileira foi bem maior do que o planejado. O valor das exportações ficou em apenas US$ 21,9 bilhões ou seja, 8,5% a mais do que em 1982 e 5% abaixo da meta pré-estabelecida. Para compensar o crescimento insuficiente das vendas externas, as importações foram contidas em US$ 15,4 bilhões, o que representou um corte de 21% em comparação com o resultado de 1982 (ver Quadro 01).

Na verdade, a parte maior do superávit de 1983 decorreu da dramática contração das importações ao longo do ano. Em comparação com 1982, os gastos com as importações foram reduzidos em US$ 4 bilhões, sendo que US$ 1,8 bilhão foi economizado nas compras de petróleo e os US$ 2,2 bilhões restantes decorreram da redução de compra dos demais itens. Ressalte-se, ainda, que o valor das importações de 1982 já havia sofrido séria compressão, situando-se em nível bastante inferior aos registrados em 1981 e 1980. O aumento da receita de exportações foi de US$ 1,7 bilhão, representando, portanto, apenas 27% do saldo comercial obtido.

Para se ter uma idéia do sacrifício imposto à sociedade pelo corte das importações, basta observar, no Quadro 02, que a economia brasileira funcionou, em 1983, com um dispêndio de importações pouco superior ao de 1978 e que, descontando os gastos com petróleo, a despesa com importações de 1982 só é maior do que o resultado apurado em 1973. Não restam dúvidas de que o próprio aprofundamento da recessão em

QUADRO 01 – BRASIL – RESULTADOS MENSAIS DA BALANÇA COMERCIAL EM 1982 E 1983 (US$ MILHÕES)

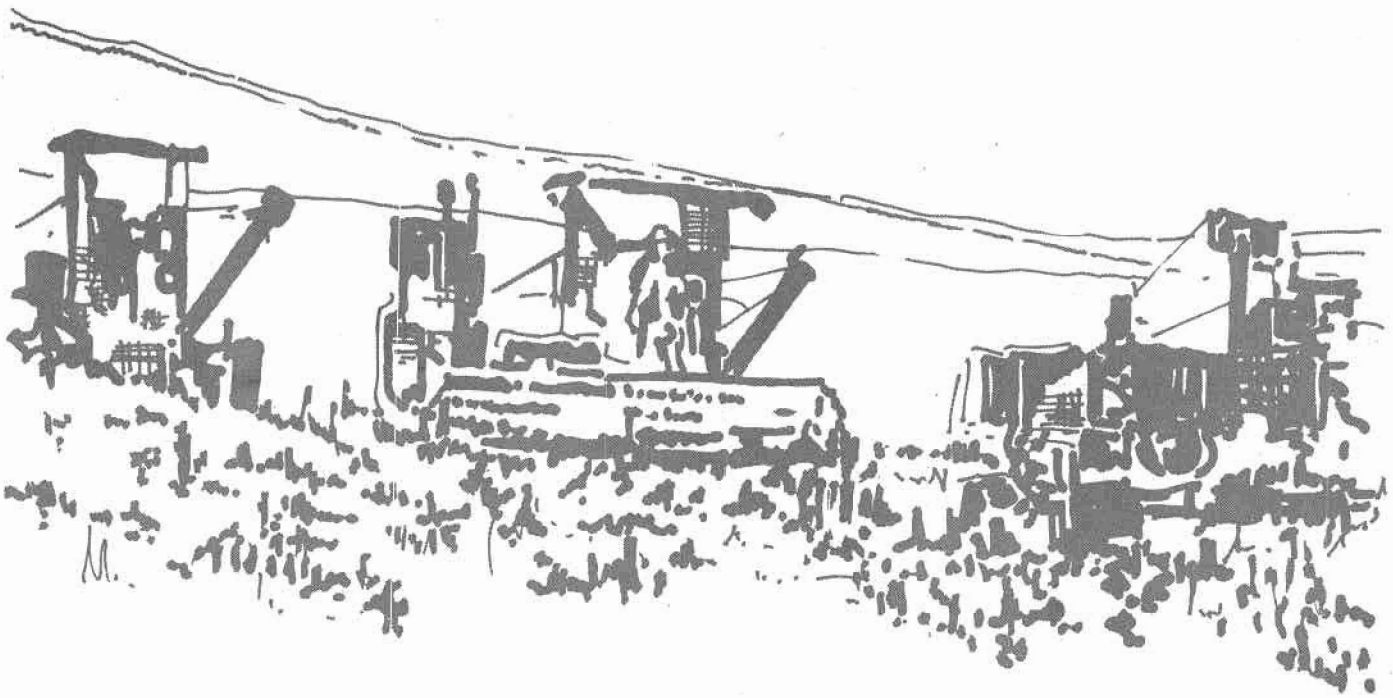
MÊS	1983				1982				RELAÇÕES 1983/82		
	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES totais	IMPORTAÇÕES exclusive petróleo	SALDO COMERCIAL	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES totais	IMPORTAÇÕES exclusive petróleo	SALDO COMERCIAL	EXPORTAÇÕES 1983/82	IMPORTAÇÕES totais	IMPORTAÇÕES exclusive petróleo
Janeiro	1.569	1.412	586	157	1.706	1.653	761	53	0,92	0,85	0,77
Fevereiro	1.376	1.203	575	173	1.472	1.441	741	31	0,93	0,83	0,78
Março	1.708	1.209	681	499	1.781	1.710	890	71	0,96	0,71	0,77
Abril	1.832	1.239	526	593	1.573	1.548	836	25	1,16	0,80	0,63
Maio	1.915	1.240	560	675	1.751	1.701	821	50	1,09	0,73	0,68
Junho	2.002	1.173	570	829	1.651	1.623	843	28	1,21	0,72	0,68
Julho	1.879	1.172	667	707	1.703	1.697	899	6	1,10	0,69	0,74
Agosto	2.085	1.404	659	681	1.766	1.725	925	41	1,18	0,81	0,71
Setembro	1.923	1.321	599	602	1.700	1.650	767	50	1,13	0,80	0,78
Outubro	1.821	1.247	536	574	1.605	1.548	760	57	1,13	0,81	0,71
Novembro	1.852	1.286	–	566	1.714	1.513	804	201	1,08	0,85	–
Dezembro	1.938	1.497	–	441	1.753	1.588	782	165	1,11	0,94	–
Total	21.899	15.408	7.600[1]	6.491	20.175	19.397	9.829	778	1,09	0,79	0,78[1]

FONTE – Conjuntura Econômica e Cacex.
[1] **Dado provisório.**

QUADRO 02 – BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA – RESULTADOS DE 1973/83 E METAS PARA 1984 (US$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	METAS PARA 1984
Exportações	6.199	7.951	8.670	10.128	12.120	12.659	15.244	20.132	23.293	20.175	21.899	24.500
Importações	6.192	12.641	12.210	12.383	12.023	13.683	18.084	22.955	22.091	19.397	15.408	15.500
Saldo	7	–4.690	–3.540	–2.255	97	–1.024	–2.840	–2.823	1.202	778	6.491	9.000
Importações de petróleo	606	2.558	2.704	3.459	3.602	4.064	6.264	9.372	10.604	9.566	7.800[1]	6.300
Importações exclusive petróleo	5.586	10.083	9.506	8.924	8.421	9.619	11.820	13.583	11.487	9.829	7.600[1]	9.200

FONTE – Cacex e Revistas Especializadas.
[1] **Dado provisório.**



1983 provocou uma diminuição da demanda por importações. No entanto, mais importante, ainda, é destacar a magnitude da contribuição do corte das importações (decorrente da elevação relativa da taxa de câmbio e das medidas administrativas de contenção adotadas pela **Cacex**) para reduzir a atividade produtiva interna.

A estratégia governamental para a geração do superávit de US$ 6 bilhões, só se completou em meados de 1983, com a inclusão das medidas administrativas destinadas a restringir as compras no exterior. Até então, embora as autoridades não tenham, em momento algum, descuidado do acompanhamento dos dispêndios em divisas, as principais medidas relativas ao comércio externo objetivavam atingir a meta do saldo comercial via incremento das exportações.

Segundo o diagnóstico que, aparentemente, as autoridades governamentais faziam da situação, a sobrevalorização do cruzeiro constituía-se, até fevereiro de 1983, em um dos principais empecilhos a um melhor desempenho cambial. Por outro lado, era desejável moderar o ritmo da desvalorização do cruzeiro. A maxidesvalorização de 1979 havia deixado lições sobre seus efeitos inflacionários. Além disso, uma nova correção cambial elevada traria reflexos sobre a evolução do déficit público, e sobre o comportamento da taxa de juros, a esta altura objeto de polêmica inconclusa: mantê-la alta para atrair recursos externos ou reduzí-la para viabilizar investimentos produtivos.

Na verdade, desde 1980, quando a correção cambial foi prefixada em nível artificialmente reduzido, de forma a contribuir para rebaixar as expectativas inflacionárias, a taxa de câmbio vinha acumulando uma defasagem crescente em relação ao conjunto de moedas relevantes no comércio internacional. Esta defasagem foi inflada, ainda mais, pela valorização do dólar no mercado internacional de divisas, estimulada pela atual administração norte-americana.

Ação mais efetiva das autoridades da área monetária, no sentido de alterar esta situação, começou a esboçar-se com o abandono da prática de corrigir a taxa cambial, tendo em vista a relação entre a inflação interna e a externa[1]. Poucos meses depois, já sob a influência das negociações com o **FMI**, o governo brasileiro anunciou que, durante 1983, iria promover uma desvalorização 12,7% maior do que a inflação interna.

Estas medidas, naturalmente, tiveram reflexo sobre diversas variáveis econômicas. Contudo, a balança comercial continuava a registrar superávits muito menores do que aqueles necessários à geração do saldo comercial de US$ 6 bilhões.

O Quadro 01 ilustra esta questão. Para que o superávit assumido com o **FMI** fosse atingido, seria necessária

(1) **Teoria da paridade do poder de compra, que consiste, grosso modo, em desvalorizar a taxa de câmbio conforme a relação:**

$$\text{Taxa de paridade: } \left\{ \left[1 + \frac{\text{(inflação interna)}}{100}\right] / \left[1 + \frac{\text{(inflação externa)}}{100}\right] \times 100 \right\} - 100$$

a geração de um saldo comercial médio de US$ 500 milhões por mês. Em janeiro, o superávit foi de US$ 157 milhões e o mês de fevereiro não anunciava melhora significativa. Ao decretar a maxidesvalorização de 30%, as autoridades eliminavam qualquer dúvida ainda pendente a respeito da prioridade da política econômica para 1983: cumprir o compromisso assumido com o **FMI** relativo ao superávit da balança comercial.

Sem dúvida, a maxidesvalorização de fevereiro de 1983 constitui-se em um elemento primordial para que aquele objetivo fosse alcançado. Pelo lado das exportações, o estímulo é evidenciado pelo aumento da receita ocorrido logo no mês de março. A receita do segundo bimestre do ano foi 20% maior do que a verificada em janeiro e fevereiro. As importações, que já estavam bastante comprimidas desde 1982, sofreram novo impacto negativo pelo encarecimento de seus preços em cruzeiros. O saldo mensal, que não havia atingido a casa dos US$ 200 milhões até fevereiro, saltou para quase US$ 500 milhões em março, mantendo a tendência ascendente até junho.

É inegável que a maxidesvalorização do cruzeiro promoveu uma significativa expansão do superávit comercial. Contudo, as medidas de controle administrativo das importações tiveram, também, caráter decisivo. A partir de meados do ano, a **Cacex** aumentou as dificuldades burocráticas para a emissão de guias de importação e, no segundo semestre, o **Banco Central do Brasil** adotou a centralização cambial. Não é demais lembrar que a centralização do câmbio, na qual cabe ao **Banco Central do Brasil** determinar a ordem em que serão efetuados os pagamentos no exterior, constituiu elemento fortemente restritivo às importações. O próprio exportador estrangeiro se sente desestimulado a vender para o Brasil, pois a operação será liquidada somente quando o **Banco** determinar.

Os custos do superávit de US$ 6,5 bilhões

O anúncio da superação do compromisso acordado com o **FMI** para a balança comercial de 1983 foi acompanhado de manifestações de regozijo das autoridades governamentais da área econômica. Não poderia ser diferente. Afinal, o saldo de US$ 6,5 bilhões constituiu-se em prioridade explícita da política econômica e sua obtenção viabilizou a continuidade da tática, então vigente, para o rearranjo das contas externas do país.

Em 1984, o compromisso com o **FMI** é ainda maior, pois o Brasil terá que gerar um superávit, na balança comercial, de US$ 9 bilhões. Este fato impõe a todos a pergunta: em que medida a sociedade brasileira foi afetada para atingir os US$ 6,5 bilhões, em 1983, e que sacrifícios poderão ser impostos em 1984?

É possível identificar pelo menos três tipos de efeitos perversos que atuaram sobre a economia brasileira, em 1983, todos derivando, em maior ou menor grau, do esforço para a geração do superávit.

a — efeito gerador de protecionismo;
b — efeito recessivo;
c — efeito inflacionário.

O ano de 1983 registrou um agravamento singular das práticas protecionistas em todo o mundo. Este fato decorreu, fundamentalmente, da situação cambial pouco confortável que diversos países enfrentaram no ano passado e do aprofundamento da recessão econômica mundial. A crise de liquidez internacional levou diversas nações a restringirem suas compras externas não essenciais. A recessão mais acentuada fez com que os governos procurassem aumentar o grau de proteção às indústrias domésticas, como forma de diminuir os problemas de emprego. O Brasil, assim como muitos outros países, trilhou caminho semelhante. No entanto, a pretensão governamental de conter as importações, bem como algumas investidas mais ousadas no sentido de conquistar mercados novos, tem gerado reações, às vezes incômodas, de nossos parceiros comerciais.

Os países latino-americanos, de um modo geral, vêm reduzindo suas compras no Brasil, alegando a falta de reciprocidade de comércio. Exemplo desta situação é a reação da **Argentina** à redução das importações de trigo pelo Brasil. Outro exemplo ainda mais agudo desta disputa são os casos do **Equador** e da **Colômbia**. Estes países, praticamente interromperam o comércio com o Brasil, afirmando que só retomarão as operações quando o país voltar a respeitar as normas de reciprocidade de comércio.

O aprofundamento da recessão brasileira, em 1983, não resultou somente da contenção das importações. Diversos outros fatores desempenharam papel importante no processo de deterioração do quadro econômico. Apenas para citar um exemplo, a manutenção da taxa de juros nos níveis de 1983 produziu um significativo aumento do custo financeiro das empresas e, por outro lado, desestimulou, em boa dose, a realização de investimentos produtivos, pois as aplicações meramente especulativas muitas vezes proporcionaram retornos mais vantajosos. Contudo, o corte dos dispêndios com as compras externas (menos 21% em comparação com 1982) contribuiu para inibir a implantação de projetos que dependessem de importações elevadas. A imprensa registrou, ainda, diversos casos de empresas que enfrentaram dificuldades para realizar a reposição de peças e de maquinaria estrangeira. Os segmentos caracterizados pelo uso intensivo de tecnologia de ponta sofreram elevações de custos ou atraso tecnológico, em razão das dificuldades de realizar gastos no exterior.

Os efeitos sobre a taxa de inflação interna, oriundos das medidas que procuravam viabilizar saldos comerciais maiores, são ainda mais evidentes. As exportações de milho e de algodão, realizadas antes da colheita da última safra, agravaram o quadro de

escassez que se seguiu à quebra da safra 1982/83. Se, uma vez constatada a redução da disponibilidade desses produtos, as importações necessárias tivessem sido imediatamente autorizadas, os efeitos sobre os preços seriam pouco importantes. No entanto, a escassez de divisas impediu a adoção da medida em tempo hábil. Da mesma forma, as vendas de óleo de soja, em volume suficiente para comprometer o atendimento normal do consumo doméstico, gerou intensa especulação com o produto e obrigou à realização de importações de óleo degomado da **Argentina**.

O efeito líquido dos fatos citados acima sobre o ritmo da inflação não são desprezíveis. Quando, porém, comparados com a aceleração inflacionária detonada pela maxidesvalorização do cruzeiro, parecem, até, de pequena monta. A correção abrupta da taxa de câmbio, evidentemente, elevou o custo de todos os produtos importados. Os preços dos alimentos, por exemplo, sofreram pressão altista por força do aumento do preço dos fertilizantes, dos defensivos e do custo de transporte. Mais grave é que, em uma economia indexada como a brasileira, a alta dos produtos importados acaba por se disseminar pelos demais preços, através de um mecanismo de realimentação inflacionária de difícil controle. Na outra ponta, a maxidesvalorização pressionou, repentinamente, o preço interno dos produtos exportados, porque a margem comercial das vendas para o exterior sofreu um aumento imediato.

A tentativa de resolver o problema das contas externas do país, através de geração de superávits comerciais elevados, passa, naturalmente, pela necessidade de criar condições para que a taxa de lucro do exportador aumente mais depressa do que a taxa média de lucro do restante da economia. Na dinâmica deste processo, os segmentos preteridos buscam maneiras de recompor seu grau de lucratividade. Em uma situação de crise econômica, quando é raro ocorrerem aumentos de demanda, os ramos mais oligopolizados, principalmente, lançarão mão, de forma contínuada, da correção periódica do preço final de seus produtos. Vale dizer: o caminho eleito pelas autoridades brasileiras para realizar o reordenamento das contas externas do país, é um caminho potencialmente inflacionário. A aplicação de um programa com estas características requer, no mínimo, um esforço redobrado de controle dos preços internos.

O Programa para 1984. Sua viabilidade e os desdobramentos prováveis.

O compromisso assumido pelo país, junto ao **Fundo Monetário Internacional**, de obtenção de um superávit da balança comercial de US$ 9 bilhões, em 1984, desperta algumas indagações quanto à própria viabilidade da meta e quanto à sua adequação aos interesses do país. Representando um incremento de quase 40% sobre o já notável resultado alcançado no ano anterior, esta meta suscita dúvidas, mormente naqueles que rejeitam, por diversas razões, a hipótese da utilização da mesma fórmula empregada em 1983. Ou seja, o superávit não poderia mais ser construído com base em restrições, ainda maiores, das importações, na medida em que já teriam sido esgotados, no ano findo, os cortes possíveis de serem efetuados na demanda interna por produtos estrangeiros.

Na verdade, diversos segmentos da sociedade brasileira defendem, entre outras medidas, a adoção de uma política de importações bem mais maleável do que a dos últimos anos, objetivando possibilitar a retomada do processo de crescimento econômico.

As metas explicitadas, até o momento, indicam que todo o esforço estará concentrado na melhoria da **performance** das exportações. Segundo a programação já divulgada, a receita cambial deverá saltar dos US$ 21,9 bilhões obtidos no ano passado para US$ 24,5 bilhões, ou seja, um crescimento aproximado de 12%. As importações, por seu turno, permaneceriam inalteradas, no que diz respeito ao valor despendido, em 1983, isto é, os mesmos US$ 15,5 bilhões.

Os produtos de origem agrícola deverão registrar uma participação expressiva no total das exportações. Duas hipóteses balizam as expectativas oficiais. Na hipótese mais pessimista, estes produtos gerariam uma receita de US$ 13,3 bilhões, mantendo a participação de 54% do valor total das exportações registrada em 1983. É também considerada a possibilidade de uma participação maior, calculada em torno de 60%, o que elevaria a receita cambial destes produtos para US$ 14,7 bilhões. Por outro lado, no âmbito das importações, pretende-se reduzir o custo das aquisições de petróleo para US$ 6,3 bilhões, em comparação com os US$ 7,8 bilhões despendidos em 1983. A diferença de US$ 1,5 bilhão, obtida com esta redução, seria utilizada para descomprimir um pouco as importações do setor privado, que cresceriam de US$ 3,9 bilhões para US$ 5,4 bilhões, no ano em curso. Isto abriria a possibilidade de algum nível de reativação econômica do setor privado.

Mantida a hipótese de não-compressão adicional das importações, para que a meta de US$ 9 bilhões de superávit comercial seja factível, as autoridades econômicas confiam na materialização de quatro previsões, consideradas prováveis atualmente.

A primeira destas previsões refere-se à recuperação das economias dos países desenvolvidos, o que, por si só, em muito reativaria as vendas do país para o exterior.

Em segundo lugar, considera-se como provável a manutenção do preço internacional do petróleo em um nível estável. É importante observar que estas duas primeiras previsões escapam inteiramente a qualquer poder de interferência das autoridades governamentais brasileiras, que ficam, assim, à mercê de fatores exógenos para o coroamento de suas perspectivas.

A terceira previsão se refere também ao petróleo. Baseia-se na expectativa de que haverá um aumento sensível da produção interna. Desse modo, viabilizar-se-ia o objetivo expresso de redução de 19% nos gastos com a importação do produto.

A quarta previsão é aquela sob a qual as autoridades parecem depositar as maiores esperanças para a realização da meta almejada. Trata-se da obtenção de uma boa safra agrícola que, ao lado de uma certa recuperação dos preços internacionais das **commodities**, tornaria exequível o objetivo de vendas externas perseguido.

Na parte final deste trabalho examinam-se as perspectivas de mercado de oito dos principais produtos de origem agropecuária exportados pelo Brasil (soja, cacau, café, suco de laranja, carne bovina, açúcar, têxteis e carne de frangos). De acordo com a perspectiva destes mercados, é provável que o conjunto de produtos mencionado gere, em 1984, um ingresso de divisas entre US$ 9,4 e US$ 10 bilhões, o que representaria uma elevação de 14 a 21% em comparação com a receita desses mesmos produtos em 1983. Espera-se uma substancial elevação da receita proveniente das exportações de soja e derivados e, em menor medida, uma contribuição positiva de vendas de cacau, suco de laranja e de açúcar. Quanto ao café, à carne bovina, aos têxteis e à carne de frango, a hipótese mais provável é de repetição ou pequena elevação da receita obtida em 1983. Se a previsão de receita para o conjunto dos oito produtos aqui analisados se concretizar, seria ainda necessário que a receita dos demais ítens constantes da pauta crescesse entre 6,5 e 11% (ver Quadro 03).

A possibilidade de sucesso das previsões das autoridades quanto ao desempenho da balança comercial em 1984, depende, ainda, da definição de algumas medidas de política econômica, que deverão nortear a comercialização externa, durante o ano. Até o momento, o quadro de medidas está ainda incompleto. As últimas determinações do **Conselho Monetário Nacional (CMN)** sugerem a concessão de menores estímulos às exportações e maior liberdade para as importações, o que, evidentemente, contraria a pretensão governamental de obter um superávit de US$ 9 bilhões. O processo de emissão de guias de importação caminha para a normalidade. A suspensão da centralização cambial, embora ainda não concretizada, está prometida para breve. Do lado das exportações, os empresários estão apreensivos com as mudanças anunciadas. Foi alterada a forma de liberação do crédito prêmio de 11% do **IPI**; a taxa de juros do financiamento às exportações foi substancialmente elevada e aventa-se a possibilidade de extinção da obrigatoriedade de aplicação bancária no crédito para exportação.

A crescente valorização do dólar no sistema monetário internacional vem sendo um obstáculo adicional à meta do governo brasileiro. A dimensão alcançada pelo déficit norte-americano, nos últimos anos, tem mantido a taxa real de juros nos **Estados Unidos da América** em nível elevado. Em conseqüência, o dólar tem-se valorizado em relação às demais moedas. Como o Brasil é um importante parceiro comercial dos países europeus e do **Japão**, e o cruzeiro está atrelado ao dólar no comércio internacional, o país vê reduzida a competitividade de seus produtos naqueles mercados.

As duas questões anteriormente discutidas — o quadro incompleto das medidas que nortearão a política do comércio externo brasileiro e a continuidade da valorização do dólar no mercado de divisas durante os próximos meses — combinadas com a crescente defasagem cambial interna, que voltou a se manifestar alguns meses após a maxidesvalorização do cruzeiro, não descarta a possibilidade de uma nova depreciação cambial.

Ainda assim, é possível que o governo não adote medidas de maior impacto durante os primeiros meses de 1984. É mais provável que as autoridades continuem testando a validade de medidas de alcance limitado, até porque, no início do ano, as exportações brasileiras são sazonalmente reduzidas, pois a nova safra agrícola ainda não está disponível. Dependendo da repercussão das medidas de alcance limitado e dos primeiros resultados da balança comercial, talvez venha a se impor a adoção de recursos mais contundentes.

Nesta hipótese, as autoridades estarão, mais uma vez, reafirmando que sua prioridade é a **solução** das contas externas, em detrimento da resolução de outras questões, que atingem a sociedade brasileira.

QUADRO 03 — BRASIL — RECEITA CAMBIAL RELATIVA À EXPORTAÇÃO DE ALGUNS PRODUTOS DE ORIGEM AGRÍCOLA
US$ MILHÕES

PRODUTO	RECEITA OBTIDA EM 1983(1)	RECEITA PREVISTA PARA 1984
Açúcar	550	750
Cacau	550	700 a 800
Café	2.320	2.300 a 2.400
Carne bovina	530	580 a 660
Carne de frango	250	275 a 300
Soja	2.500	3.100 a 3.250
Suco de laranja	680	750 800
Têxteis	800	950 a 1.000
Total	8.180	9.405 a 9.960

(1) Dados provisórios

AÇÚCAR

As exportações de açúcar (demera, cristal e refinado) em 1983, arrecadaram um total de US$ 515 milhões, o que representou um decréscimo de 12% sobre a receita obtida no ano anterior. A quantidade total exportada foi de 2,5 milhões de t, inferior à quota de exportação de 2,8 milhões de t correspondente ao país, conforme o sistema estabelecido pelo **Acordo Internacional do Açúcar.**

Observa-se que o preço médio das exportações brasileiras, de US$ 206/t, superou o preço médio da **OIA**, obtido em 1983, que alcançou US$ 187/t. Isto pode ser explicado pelo fato de que as exportações brasileiras concentram-se no segundo semestre, quando os preços esboçaram ligeira elevação em relação aos primeiros meses do ano (ver Quadro 04). Ainda assim, as exportações foram gravosas, já que o custo da produção brasileira de açúcar, em 1983, foi estimado em US$ 300/t.

A reação dos preços, registrada a partir de maio do ano passado, deve ser creditada à perspectiva de quebra de safras em alguns dos principais países grandes produtores. A expectativa de que a seca na **África do Sul** e na **Austrália** e a primavera chuvosa na **Europa**, seguida de um verão extremamente seco, afetariam a safra influenciou as primeiras estimativas sobre a safra 1983/84. Segundo **F.O. Licht**, a produção seria entre 92 milhões de t e 95 milhões de t, enquanto o consumo atingiria 95,7 milhões de t.

QUADRO 04 – COTAÇÃO DO AÇÚCAR DEMERARA JANEIRO A DEZEMBRO DE 1983 (US$/lb)

MÊS	US$/c/lb
Janeiro	6,04
Fevereiro	6,43
Março	6,20
Abril	6,71
Maio	9,24
Junho	10,74
Julho	10,52
Agosto	10,56
Setembro	9,43
Outubro	9,69
Novembro	8,32
Dezembro	7,83

FONTE – MIC/IAA

Posteriormente, o bom desenvolvimento da safra soviética, bem como a reavaliação dos prejuízos causados pelo clima nos demais países europeus, indicaram que a safra 1983/84 iria anular o déficit da oferta, previsto anteriormente. Assim, **F.O. Licht** passou a prever uma produção mundial de 95,68 milhões de t, para um consumo de 95,63 milhões de t. Em conseqüência, os estoques permaneceriam no mesmo nível da safra anterior, ou seja, em 37 milhões de t, mantendo a relação estoque/consumo na proporção de 39%, considerada alta.

Um outro fator significativo para o novo decréscimo dos preços, verificado a partir de setembro, foi a frustração dos entendimentos para um acordo internacional mais efetivo. A extrema polarização de propostas observada na conferência realizada em **Genebra**, no mês de setembro, transferiu para meados de 1984 a possibilidade do estabelecimento de um convênio com maior capacidade de regulação do mercado.

Até o momento, a hipótese mais provável quanto ao comportamento do mercado para os próximos meses é da continuidade de baixas cotações do açúcar. Entretanto, caso se consiga chegar a um novo acordo internacional, em termos satisfatórios, os preços deverão reagir. Ainda assim, em termos da receita de exportação brasileira, os resultados deverão mostra-se modestos, visto que, com o ingresso da **CEE** no convênio, a quota de exportação brasileira seria reduzida. Portanto, a melhora do resultado das vendas do açúcar brasileiro para o exterior fica dependendo da ocorrência de quebras de safras em outros países. Um estimativa de receita em torno de US$ 700 milhões parece, por enquanto, mais plausível.



CACAU

As exportações de amêndoas e de produtos de cacau renderam, até novembro de 1983, cerca de US$ 500 milhões, ou seja, 24% a mais do que no mesmo período de ano anterior. A quantidade vendida, calculada em termos de amêndoas de cacau, cresceu levemente. Foram exportadas 278 mil t, em comparação com as 260 mil t embarcadas entre janeiro e novembro de 1982 (ver Quadro 05).

O aumento da receita cambial deveu-se, principalmente, à melhora dos preços internacionais. A notícia é bastante alvissareira. Desde 1979, a receita das vendas externas de cacau vinha declinando, ano após ano, em razão da tendência baixista das cotações internacionais, que vigorou desde 1977.

A queda continuada dos preços externos, interrompida recentemente, decorreu do acúmulo de estoques que, no final da estação de 1981/82, atingiu seu ponto mais alto. Àquela altura, o excedente acumulado de produção representava 41% do total de moagens previsto para a estação seguinte.

A conjuntura baixista pouco se alterou, apesar dos esforços empreendidos pelos principais países produtores. Quer isoladamente ou no âmbito da **Organização Internacional do Cacau (ICCO)**, estes países acertaram inúmeros planos, no sentido de disciplinar o escoamento da produção ou de isolar parte da oferta excedente. Até mesmo a vigência do **Acordo Internacional do Cacau**, que chegou a retirar 100 mil t do mercado, foi incapaz de reverter a tendência baixista. Na verdade, a pouca eficácia do **Acordo** deve-se, primordialmente, à não adesão dos **Estados Unidos da América** e da **Costa do Marfim**, que são, respectivamente, o maior consumidor e o maior produtor mundiais de cacau.

No final de 1982, a situação começou a modificar-se. A safra africana de 1982/83 foi duramente prejudicada por um longo período de seca e por incêndios espontâneos, que destruíram parcialmente algumas áreas produtoras. De um superávit de produção, em 1981/82, estimado em 110 mil t, passou-se, no ano seguinte, a uma situação inversa, com um déficit de produção calculado em 101 mil t.

Para 1983/84, novo déficit está previsto, embora ainda não quantificado. Novamente, os prejuízos maiores registraram-se na **África**. A **Costa do Marfim**, por exemplo, que colheu pouco mais de 450 mil t em 1981/82, não deverá produzir mais do que 350 mil t na atual safra. **Gana, República dos Camarões** e **Nigéria**, no conjunto, colherão menos 50 mil t, em comparação com a última colheita.

Em conseqüência, as cotações internacionais, que no auge do processo baixista atingiram US$ 1.300/t, giram, hoje, em torno de US$ 2.500/t. Segundo a previsão de algumas das principais corretoras internacionais, os preços externos do cacau deverão permanecer em elevação até meados do ano, para quando prevêem cota-

QUADRO 05 – BRASIL – EXPORTAÇÕES DE CACAU E DERIVADOS – 1982 E 1983
VALORES ACUMULADOS NO PERÍODO JANEIRO-NOVEMBRO

ESPECIFICAÇÃO	1982		1983	
	QUANTIDADE (t)	VALOR (US$ 1.000)	QUANTIDADE (t)	VALOR (US$ 1.000)
Amêndoas	134.507	203.743	138.189	252.604
Manteiga	28.498	113.438	29.545	117.747
Liquor	39.993	75.050	48.952	109.988
Em massa	24.395	10.355	26.992	19.559
Total[1]	260.255	402.586	277.917	499.898

FONTE – Cacex
[1] Quantidades calculadas em termos de amêndoas.

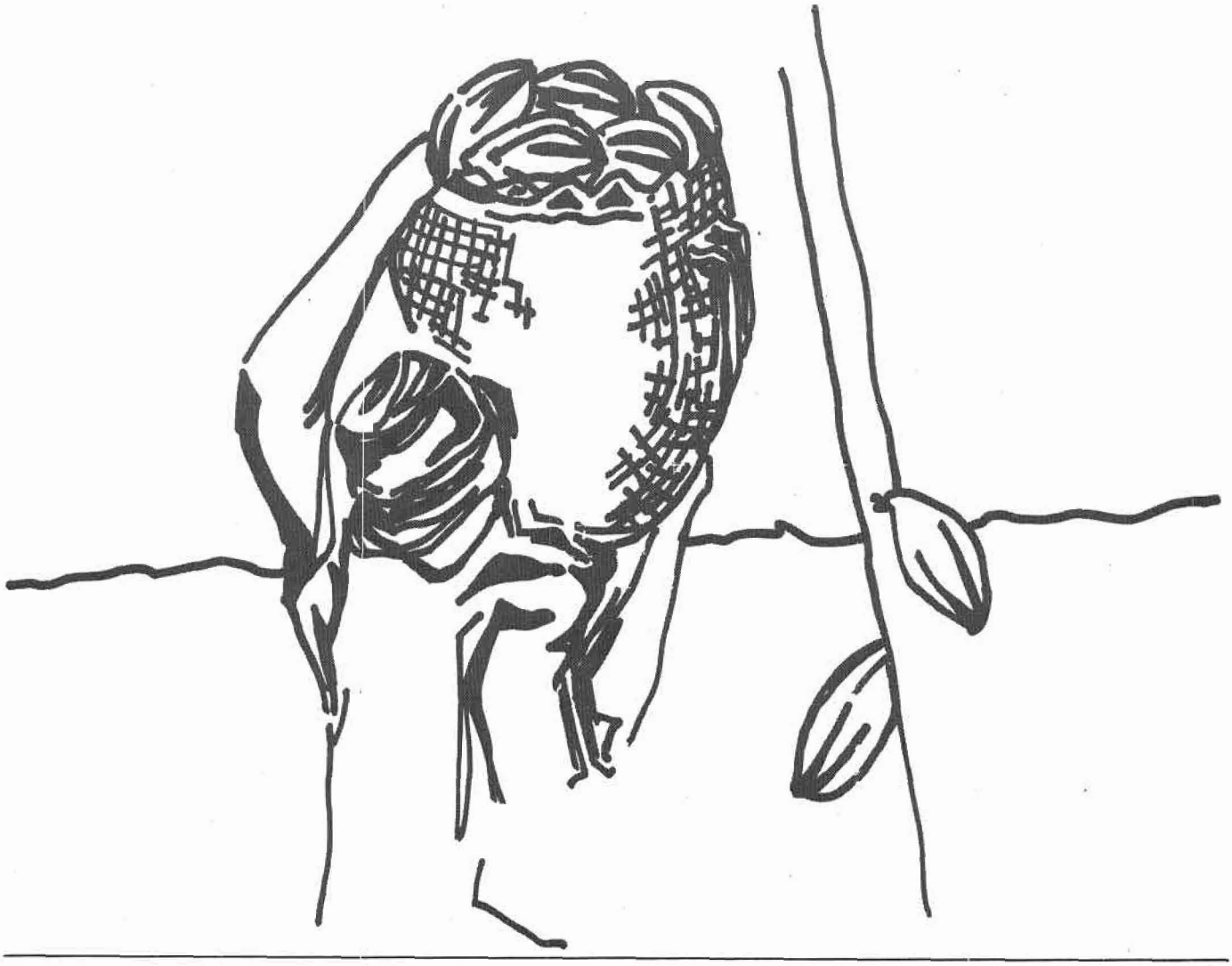
ções próximas a US$ 3.000/t. A partir de então, o principal fator determinante do comportamento futuro do mercado será o desenvolvimento da próxima safra africana.

Alguns analistas vislumbram a possibilidade de que os produtores africanos, estimulados pela alta de preços no mercado externo, decidam melhorar os tratos culturais em suas áreas. Nesta hipótese, e se as condições climáticas, na **África**, normalizarem-se, é possível que a produção retorne aos níveis de dois ou três anos atrás, equilibrando a relação entre a oferta e a demanda, ou até tornando a produção novamente superavitária.

Por outro lado, há, também, a possibilidade de que os países membros da **ICCO** estabeleçam um **Acordo** mais efetivo, com validade a partir de 1984/85. Neste sentido, esforços estão sendo empreendidos para se obter a adesão, ao novo **Acordo**, da **Costa do Marfim** e dos **Estados Unidos da América**, o que parece possível ocorrer. É aventada, ainda, a possibilidade remota de se implantar um sistema de controle da oferta internacional do cacau semelhante ao do **Acordo do Café**, baseado em quotas móveis de exportação e intervalos de preços.

Até onde é possível avaliar, hoje, é provável que os países filiados à **ICCO** produzam um novo texto para o **Acordo Internacional**, de forma a torná-lo um pouco mais efetivo do que o atual, sem, contudo, atingir o grau de sofisticação do **Acordo do Café**. Na verdade, a perspectiva de recuperação da produção da **África**, que ainda é remota, deverá constituir-se em estímulo adicional para que se obtenha um novo pacto entre os produtores e consumidores.

Em relação ao desempenho das exportações brasileiras de cacau, em 1984, é grande a possibilidade de se registrar um novo aumento na arrecadação cambial. Algumas fontes calculam que a receita deverá situar-se entre US$ 700 e US$ 800 milhões. Para isso, contam com um pequeno crescimento da produção, de cerca de 5% em 1983/84, e com a manutenção, a partir do segundo semestre, de preços externos superiores a US$ 2.600/t.



CAFÉ

As exportações brasileiras de café renderam, em 1983, cerca de US$ 2,3 bilhões, ou seja, pouco mais de US$ 200 milhões do que em 1982. A quantidade embarcada para o mercado externo pouco aumentou em comparação com o ano anterior. Foram vendidas 17,8 milhões de sacas de 60 kg (ver Quadro 06). Destaque-se, ainda, que as exportações para os países filiados à **Organização Internacional do Café (OIC)** e, portanto, signatários do **Acordo Internacional**, registraram pequeno aumento, fruto da quota de exportação levemente superior que o país obteve para o ano-convênio de 1982/83.

O desempenho das exportações, em 1983, pode ser classificado como bastante satisfatório, uma vez que as variações foram positivas, embora discretas. Se, por um lado, a participação do Brasil no **Acordo Internacional** permite que as cotações internacionais permaneçam estáveis, propiciando remuneração adequada aos países produtores, por outro, impede o país ou qualquer outro produtor, de adotar uma política de vendas mais agressiva, com o objetivo de aumentar a quantidade exportada.

Sob a égide do **Acordo Internacional**, o crescimento das vendas de cada país signatário só se configura pelo aumento da quota de exportação ou por uma participação maior no mercado constituído pelos países consumidores não filiados ao Acordo referido, o chamado **mercado dos não-membros**. Este mercado, contudo, é relativamente pequeno e, nos últimos anos, vem sendo objeto de uma disputa acirrada, que envolve praticamente todos os países produtores. Em conseqüência, a cotação do café no **mercado de não-membros**, via de regra, corresponde a 50% do preço praticado nas vendas para os países filiados ao **Acordo**. Além disso, o comércio com os não-membros vem sendo utilizado para burlar as regras do **Acordo**, o que, evidentemente, contraria os interesses do Brasil e dos demais países signatários.

A vigência do Acordo, sem dúvida, tem-se constituído no principal suporte das cotações externas, as quais, em 1983, mantiveram-se sempre acima do limite inferior do intervalo de preços estabelecido (US$ 1,20 a US$ 1,40/lb). Este fato é ainda mais relevante, em face do crescimento ininterrupto do estoque internacional, desde 1978/79. Para o ano comercial 1983/84 está previsto um novo acúmulo do estoque. Segundo o **USDA**, a produção mundial deverá situar-se em 91,7 milhões de sacas, enquanto as exportações totais, somadas ao consumo dos países produtores, não deverão superar 88 milhões de sacas.

QUADRO 06 – BRASIL – EXPORTAÇÕES DE CAFÉS VERDE E SOLÚVEL PARA PAÍSES MEMBROS E NÃO-MEMBROS DA OIC – 1982 E 1983

ESPECIFICAÇÃO	ANO DE 1983[1]			ANO DE 1982		
	QUANTIDADE (sc de 60 kg)	VALOR (US$ 1.000)	PREÇO MÉDIO (US$/sc)	QUANTIDADE (sc de 60 kg)	VALOR (US$ 1.000)	PREÇO MÉDIO (US$/sc)
Membros	16.005.768	2.173.729	135,81	15.452.191	1.935.290	125,24
Não-membros	1.814.576	146.180	80,56	1.610.904	173.624	107,78
Total	17.820.344	2.319.909	130,18	17.063.095	2.108.914	123,59

FONTE – IBC

[1] Valores provisórios sujeitos a retificação.

Estas previsões, se confirmadas, elevarão o estoque final de 1983/84 para algo próximo a 47 milhões de sacas, o suficiente para suprir 71% da exportação mundial calculada para o período.

O **Acordo Internacional do Café**, volta e meia, é considerado o único pacto entre países produtores e consumidores para regular os preços internacionais de **commodities** que tem produzido resultados efetivos. É preciso lembrar, também, que o funcionamento do **Acordo** gera algumas conseqüências, às vezes contrárias aos interesses imediatos dos países signatários. Por exemplo, a contrapartida dos preços remuneradores, praticados nos últimos anos, tem sido o acúmulo de estoques nos países produtores. Tendo em vista o patamar atual das taxas de juros internacionais, é possível que o custo da manutenção dos estoques já alcance níveis insuportáveis para algumas nações produtoras.

Há dois anos, esta contradição vem preocupando alguns analistas, que temem pela continuidade do **Acordo.** Entretanto, a vigência das atuais regras econômicas está assegurada até setembro vindouro, quando os países produtores terão que enfrentar questões espinhosas, como a definição de critérios novos para a repartição da quota global de exportação e superação das pressões de alguns países consumidores, no sentido de rebaixar o intervalo de preços de intervenção.

Em relação às exportações brasileiras de 1984, o **IBC** espera vender de 16 a 16,5 milhões de sacas para o mercado regido pela **OIC** e 2 milhões para os **não-membros**. A receita correspondente seria de US$ 2,4 bilhões. Estas metas são perfeitamente possíveis, dependendo, contudo, de alguns fatores cruciais: a ocorrência ou não de geadas durante o inverno brasileiro e o resultado das negociações, em setembro, na **OIC.**

Na hipótese de o inverno brasileiro não trazer a ingrata surpresa de uma nova geada nas regiões produtoras, as cotações internacionais deverão permanecer dentro do intervalo de preços estabelecido pelo **Acordo** até, pelo menos, meados do terceiro trimestre. A partir de então, as atenções estarão voltadas para as negociações entre produtores e consumidores, na **OIC.** No caso dessas negociações conduzirem à continuidade do pacto, os países produtores deverão continuar a auferir remuneração satisfatória por mais algum tempo. Restará, pendente, contudo, a necessidade de se enfrentar a principal contradição contida no texto do **Acordo**: as regras hoje vigentes mantém sob controle a oferta internacional de café, mas permitem que a produção permaneça em nível muito superior à capacidade de absorção do mercado.



CARNE BOVINA

Em 1983, as exportações de carne bovina perfizeram um montante de US$ 530 milhões, correspondentes a 439.346 t em equivalente-carcaça. Esses números representam um novo recorde de exportação do produto, superando aqueles registrados em 1982, em 20,8% e 28,7%, respectivamente, mas ficando 12% abaixo da meta de US$ 600 milhões, inicialmente pretendida. Aliás, as exportações brasileiras vêm crescendo firmemente (em 1979, o país foi importador líquido), a ponto de, com a **performance** de 1983, tornar-se um dos principais exportadores mundiais. Esse crescimento das vendas não se configurou sem um certo sacrifício interno, tanto do exportador como do consumidor. No primeiro caso, porque os preços médios dos diferentes tipos de carne exportada declinaram sensivelmente no período 1980/83, quando se processou a reativação das vendas externas de carne bovina, a qual, por sinal, coincidiu com uma fase recessiva da economia mundial. Assim, de acordo com o Quadro 07, o preço médio da carne **in natura**, que foi de US$ 3.213/t em 1980, caiu para US$ 1.743/t, em 1983, isto é, 48% a menos; o da carne congelada declinou US$ 3.200/t para US$ 2.393/t no período, ou seja, 26% a menos. Torna-se pertinente destacar que esse declínio de preços coincidiu com uma fase de menor oferta dos países exportadores (principalmente da **Argentina** e **Austrália**), fato que, explorado racionalmente, poderia ter neutralizado parcialmente a influência depressiva de preços proveniente da recessão econômica mundial. Isto quer dizer que se a quantidade de carne (**in natura** e industrializada) exportada, em 1983, tivesse sido a preços de 1980, o ingresso de divisas seria da ordem de US$ 826 milhões, cerca de 56% a mais do que o montante auferido em 1983. Deve ser mencionado, também, que a expansão das vendas não resulta de uma expansão da produção, mas sim, do declínio do consumo interno, mediante o achatamento do poder de compra da população.

Em 1984, os planos governamentais prevêem um ingresso de divisas da ordem de US$ 700 milhões com a exportação de carne bovina, dando prosseguimento ao processo de crescimento da participação brasileira no mercado internacional. De acordo com o comportamento desse mercado nos últimos anos, seria mais plausível acreditar-se numa cifra menor, da ordem de US$ 620 milhões.

QUADRO 07 – BRASIL – EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA – 1980 A 1983 (ATÉ NOVEMBRO)

DISCRIMINAÇÃO	CARNE FRESCA, REFRIGERADA OU CONGELADA			CARNE INDUSTRIALIZADA		
	Quantidade (t)	Valor (US$ 1.000 Fob)	Preço médio (US$/t)	Quantidade (t)	Valor (US$ 1.000 Fob)	Preço médio (US$/t)
Ano de 1980	5.726	18.398	3.213	72.266	232.564	3.218
Ano de 1981	43.399	123.568	2.663	98.108	293.725	2.994
Ano de 1982	94.442	188.288	1.994	102.713	250.493	2.439
Ano de 1983[1]	117.788	205.264	1.743	117.743	281.774	2.393

FONTE – Cacex
[1] Até novembro.

FRANGOS

O ramo exportador de frangos não esperava conseguir igualar, em 1983, as 296 mil t de frangos congelados vendidas em 1982. Isto porque a concorrência internacional tendia a acirrar-se, uma vez que os países compradores (localizados no Oriente Médio) passavam a dispor de menos petrodólares para as importações.

No entanto, de acordo com a **Associação Brasileira de Exportadores de Frangos (ABEF)**, de janeiro a dezembro de 1983, exportaram-se 299,231 mil t de frangos congelados, num total de US$ 252 milhões **FOB.**

Este resultado deve-se não só às facilidades creditícias ainda concedidas pelo governo à exportação, como também à própria agilidade que vem caracterizando as empresas exportadoras.

Por sua vez, o preço médio do frango exportado caiu dos US$ 950/t registrados em 1982, para US$ 840/t, no ano passado. A disputa acirrada do mercado explica esta queda nos preços de ano para ano, uma vez que os diversos países nela envolvidos servem-se de subsídios demasiados que, muitas vezes, favorecem o aviltamento dos preços.

Para 1984, o **USDA** estima que as exportações brasileiras de frangos evoluam 13%, em comparação com o total exportado no ano passado. Por seu turno, a **ABEF** acredita que as vendas poderão não ultrapassar 250 mil/t, significando, no entanto, a entrada de maior volume de divisas do que o total arrecadado em 1983, tendo em vista que serão incrementadas as vendas de partes de frangos, cujo preço unitário pode suplantar o do frango vivo em até 120%. Numa hipótese otimista, a arrecadação total poderá alcançar US$ 300 milhões, ou seja, 20% acima da quantidade de divisas apurada no ano passado, enquanto que uma previsão mais moderada apontaria ganho de apenas 10%.



SOJA

Segundo a **Cacex**, o complexo soja liderou as exportações brasileiras de produtos primários, em 1983. Esse resultado decorreu do crescimento da produção nacional para 14,6 milhões de t (14% a mais do que em 1982), que permitiu aumentar a quantidade exportada.

Em 1983, os preços internacionais da soja e derivados se elevaram sistematicamente ao longo do ano, entre março e setembro, apresentando algum declínio a partir de então.

Um dos fatores que contribuíram para a melhoria das cotações foi a participação dos agricultores norte-americanos nos programas oficiais de redução de área, ainda que a soja não participasse diretamente do programa. (ver **Agroanalysis**, vol. 7, nº 4).

De uma média mensal, na **Bolsa de Chicago**, em torno dos US$ 5,9/**bushel** nos meses de janeiro, fevereiro e março, as cotações externas se aproximaram dos US$ 6,3/**bushel** em abril e maio. A partir de julho, com a seca nas regiões produtoras norte-americanas, o crescimento dos preços foi rápido, alcançando os US$ 8,8/**bushel** em setembro.

Aparentemente, esse movimento no mercado externo não foi acompanhado pelas vendas brasileiras em termos de preços médios. Os dados da **Cacex** do período janeiro-novembro demonstraram que os preços de exportação de soja em grão e farelo e óleo foram iguais ou inferiores aos de 1982, quando as cotações externas encontravam-se bastante deprimidas (ver Quadro 08). Mais adiante, constata-se, ainda, que em relação aos preços médios de janeiro a junho, a diferença da média dos onze primeiros meses do ano é quase nula, para o grão e farelo, e próxima a 5%, para o óleo.

QUADRO 08 – BRASIL – PREÇOS MÉDIOS MENSAIS DE ÓLEO DE SOJA EM 1983 (US$/t)

MÊS	PREÇOS DE EXPORTAÇÃO Cacex	PREÇOS BRASIL-FOB Abiove
Janeiro	410	386
Fevereiro	442	393
Março	412	377
Abril	404	384
Maio	397	398
Junho	407	404
Julho	419	457
Agosto	462	643
Setembro	447	724
Outubro	484	657
Novembro	476	595

FONTES – Cacex e Abiove

Essa constatação é surpreendente quando se sabe que entre julho e novembro (período em que as cotações internacionais se situaram em patamar elevado) foram exportadas 323 mil t de soja em grão, 3,4 milhões de t de farelo e 460 mil t de óleo (bruto e refinado), ou seja 25%, 43% e 46%, respectivamente, das exportações totais do período considerado.

Da mesma forma, o abastecimento interno, no segundo semestre de 1983, esteve bastante conturbado, pois os industriais pretendiam exportar o máximo possível para aproveitar a alta de preços no mercado externo ou vender internamente o produto acompanhando os preços internacionais. A mera observação dos preços médios de exportação não permite visualizar bem esse conflito.

É verdade que se um bem pode ser colocado alternativamente no mercado externo ou interno e existe um atrelamento dos preços internos aos internacionais, uma acentuada desvalorização da moeda (como a que ocorreu com o cruzeiro em 1983) traz efeitos negativos aos consumidores do país exportador. Mas, ainda assim, o preço interno dos derivados de soja parece ter superado a chamada paridade de preços. Isto porque, no caso de óleo de soja, por exemplo, os preços **FOB** aumentaram 55% nos

primeiros onze meses do ano, segundo dados da **Abiove**, enquanto o cruzeiro foi desvalorizado frente ao dólar, no mesmo período, em 255%. O efeito combinado desses acréscimos seria de 450%, mas os preços do óleo bruto no mercado físico de São Paulo aumentaram 482%, entre dezembro de 1982 e novembro de 1983.

Dessa forma, podem-se detectar duas discrepâncias. A primeira delas é uma sistemática defasagem entre os preços de exportação (**FOB**), apresentados pela **Cacex** e os preços de **Chicago-FOB** Brasil, que são as cotações daquela **Bolsa** e os prêmios ou descontos atribuídos à mercadoria brasileira (ver Quadro 09). A outra aparece no confronto entre os preços de paridade e os preços do mercado físico, pois estes últimos situaram-se sistematicamente acima dos primeiros.

Neste contexto, as exportações de soja e seus derivados, em 1983, devem ter gerado um montante entre US$ 2,4 e 2,5 bilhões, em 1983. Esta cifra não difere substancialmente da que se podia prever no início do ano, considerando uma safra normal e os preços médios então projetados para a temporada comercial. No plano interno, os consumidores tiveram que pagar um preço desproporcionalmente elevado pelo óleo de soja.

Para 1984, as perspectivas de exportação do complexo soja são favoráveis. Neste sentido, espera-se que os efeitos da redução da safra dos **EUA**, de 60,1 milhões de t em 1982, para 43,4 milhões, em 1983, reflitam-se em um aumento substancial de divisas, através de vendas a preços melhores.

Uma safra boa, próxima às 16 milhões de t, que favoreça as exportações, e preços médios de US$ 300/t de soja em grão, US$ 250/t de farelo e US$ 600/t de óleo poderiam render ao país aproximadamente US$ 3 bilhões, atendida a demanda interna de 2,3 milhões de t de farelo e 1,5 milhão de óleo de soja.

A obtenção dos US$ 3 bilhões fica, entretanto, na dependência do bom desenvolvimento da safra brasileira e da sustentação dos preços nos patamares citados anteriormente.

QUADRO 09 – BRASIL – EXPORTAÇÃO DE SOJA E DERIVADOS, NOS PERÍODOS DE JAN/JUN E JAN/NOV-1983 E JAN/DEZ-1982

	QUANTIDADE (1.000 t)		VALOR (US$ milhões)		PREÇO MÉDIO (US$/t)		
	1983		1983		1983		1982
ESPECIFICAÇÃO	jan/jun	jan/nov	jan/jun	jan/nov	jan/jun	jan/nov	jan/dez
Grão	972	1.295	231	308	237	238	247
Farelo	4.495	7.940	921	1.661	205	209	209
Óleo	540	1.000	221	430	408	430	447
Total	–	–	1.373	2.399	–	–	–

FONTE – Cacex

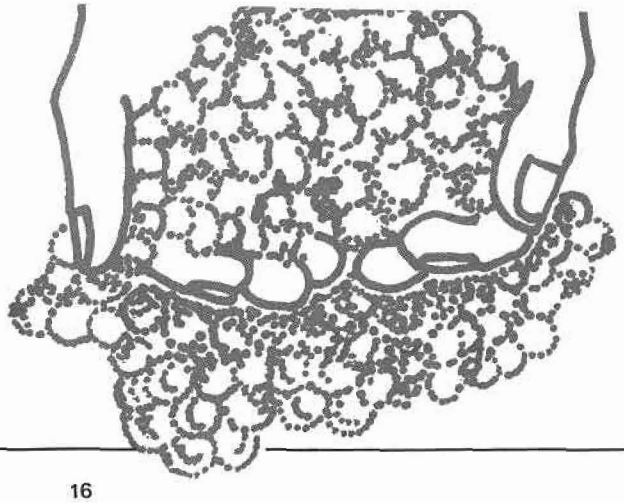
Em 1º de janeiro de 1984, os estoques mundiais de oleaginosas se aproximaram de 18 milhões de t, isto é, 30% menores do que há um ano. Esse decréscimo seria causado basicamente pela redução das safras de diversas oleaginosas, em especial da soja nos **EUA**. Adicionalmente, o crescimento esperado de 2 milhões de t de soja no conjunto das safras brasileira, argentina e paraguaia pode ser considerado pequeno, frente à queda da produção mundial que passou de 94 milhões de t em 1982/83 para 79,4 milhões, em 1983/84, segundo o **USDA**.

Por outro lado, as margens de esmagamento que, no primeiro instante apresentaram sensível melhora, declinaram no final do ano, devido à resistência dos importadores aos preços elevados.

No que diz respeito aos compradores europeus e japoneses, há um elemento adicional induzindo a retração da demanda: a forte valorização do dólar frente às outras moedas.

Finalmente, os preços internacionais nos próximos meses serão influenciados pelas intenções de plantio dos agricultores norte-americanos. É quase certo que a área semeada em 1984 naquele país exceda os 25,6 milhões de ha plantados em 1983.

A efetiva recuperação da safra dos **EUA** representará, evidentemente, preços internacionais mais baixos na safra 1984/85, que se inicia em setembro próximo. Até lá, é provável que grande parte dos excedentes exportáveis brasileiros tenha sido escoada para o exterior.



SUCO DE LARANJA

As exportações de suco concentrado de laranja que, em 1983, segundo dados preliminares, renderam ao país US$ 623 milhões, deverão fechar este ano com uma receita recorde, entre US$ 750 e US$ 800 milhões. O total do **complexo laranja** (suco, farelo de polpa cítrica e fruta **in natura**) deverá propiciar uma receita de aproximadamente US$ 900 milhões, em comparação com os US$ 730 milhões auferidos em 1983. Embora durante os primeiros meses do ano passado as vendas de suco tenham sido inferiores às de 1982 (ver Gráfico 01), os reflexos da maxidesvalorização, beneficiando as vendas para a Europa e a elevação das compras por parte dos **EUA**, a partir de outubro, acabaram resultando em exportação superior à prevista inicialmente.

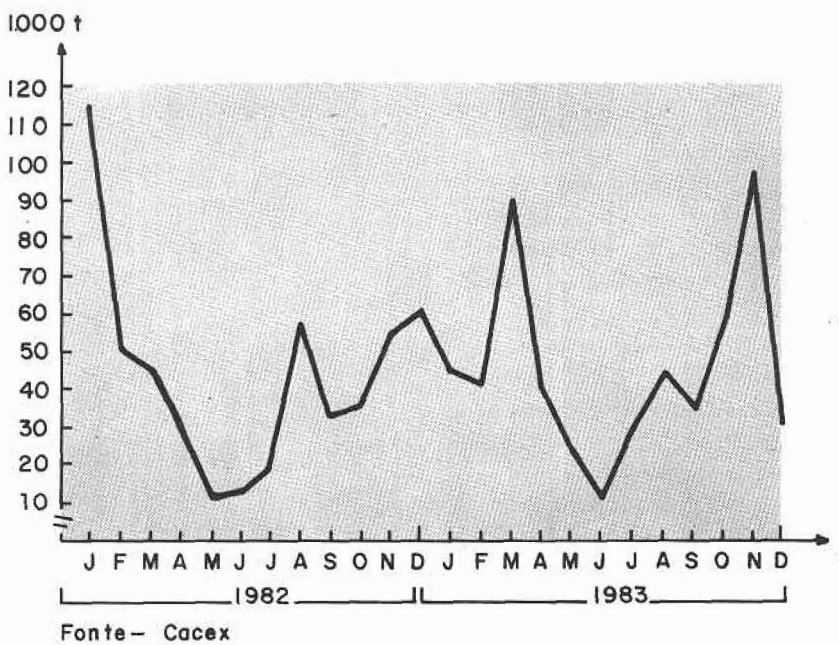
A expectativa de uma safra norte-americana boa, em 1983/84, fez com que os importadores desse país reduzissem drasticamente suas compras, à espera de uma produção de suco que se supunha bastante superior à de 1982/83. A safra da Flórida, foi avaliada pelo **USDA**, em outubro, em apenas 168 milhões. A partir daí, com uma produção de suco estimada em 200 milhões de galões (o rendimento esperado era de 1,43 galão/caixa) e um consumo de 230 milhões, os importadores iniciaram volumosas compras. O aumento das importações norte-americanas se refletiu diretamente sobre as vendas brasileiras que, já em novembro, apresentaram elevado crescimento, tanto em relação ao mês anterior como em relação a novembro de 1982.

A geada de dezembro passado, que mais uma vez reduziu drasticamente a produção da Flórida (**EUA**) veio modificar de forma decisiva as perspectivas brasileiras mais otimistas. Segundo informações divulgadas pelo **USDA** em meados de janeiro, a quebra na produção de laranja foi de 25%, reduzindo a safra a apenas 129 milhões de caixas. Além disso, o rendimento industrial da fruta, que estava estimado em 1,43 galão/caixa, foi reduzido para 1,23 galão, resultando, assim, numa redução de 70 milhões de galões na oferta interna do concentrado.

EXPORTAÇÕES MENSAIS DE
SUCO DE LARANJA CONCENTRADO

1982—1983

Gráfico 01



Fonte – Cacex

No tocante às exportações brasileiras, a súbita valorização do produto no mercado internacional viabilizou o aumento determinado pela **Cacex** no preço mínimo de registro, (ver Gráfico 02) que passou de US$ 1.100/t para US$ 1.250/t, a partir do início de janeiro. Também no mercado norte-americano, os processadores elevaram de US$ 3,95 para US$ 4,25 o lote de doze latas de suco nas vendas do atacado, ou seja, um aumento de 7,5% em menos de um mês.

As volumosas exportações do concentrado este ano deverão reduzir praticamente a zero o estoque final do ano comercial 1983/84. Segundo projeções feitas em meados de 1983, o estoque remanescente ficaria entre 80 mil t e 100 mil t, que seriam acrescidas à produção do ano comercial 1984/85, de aproximadamente 550 mil t. A oferta total daí resultante, entre 630 mil t e 650 mil t, dificilmente encontraria mercado externo comprador que possibilitasse a redução dos estoques. Novo acréscimo seria, então, feito ao estoque inicial, procedimento que continuaria ocorrendo até que nova geada na Flórida viabilizasse seu escoamento.

As vendas brasileiras de suco em 1984, em que pesem as atuais circunstâncias favoráveis, que deverão permanecer durante todo o ano, poderão sofrer algum impacto negativo, caso o dólar continue se valorizando frente às principais moedas da economia internacional. Embora boa parte do suco exportado tenha como destino os **EUA**, as vendas para os países do **Mercado Comum Europeu** deverão representar cerca de 50% do total.

Dessa forma, caso persista a atual tendência de valorização da moeda norte-americana, o suco brasileiro tornar-se-á extremamente caro para o consumidor da Europa, o que naturalmente irá reduzir seu consumo. A aceleração das minidesvalorizações do cruzeiro poderá reduzir uma parcela da sobrevalorização da moeda, anulando, em parte, esse efeito negativo. Vale lembrar, ainda, que a indústria de suco, a partir de janeiro, não mais se beneficiará dos recursos da **Resolução 882**, que substituiu a **Resolução 674**. Embora o custo desse dinheiro tenha sofrido elevado aumento em suas taxas (passou a pagar correção monetária plena mais 3% a.a.), ainda assim, representa um custo bastante inferior ao que é praticado no mercado. As restrições que estão sendo impostas à expansão do crédito, e a existência de subsídios, forçaram a saída do segmento processador de suco, tendo em vista que o mercado internacional deverá ser, pelo menos nos próximos dois anos, extremamente favorável, o que viabiliza a boa **performance** da atividade, mesmo sem os benefícios previstos na **Resolução**.

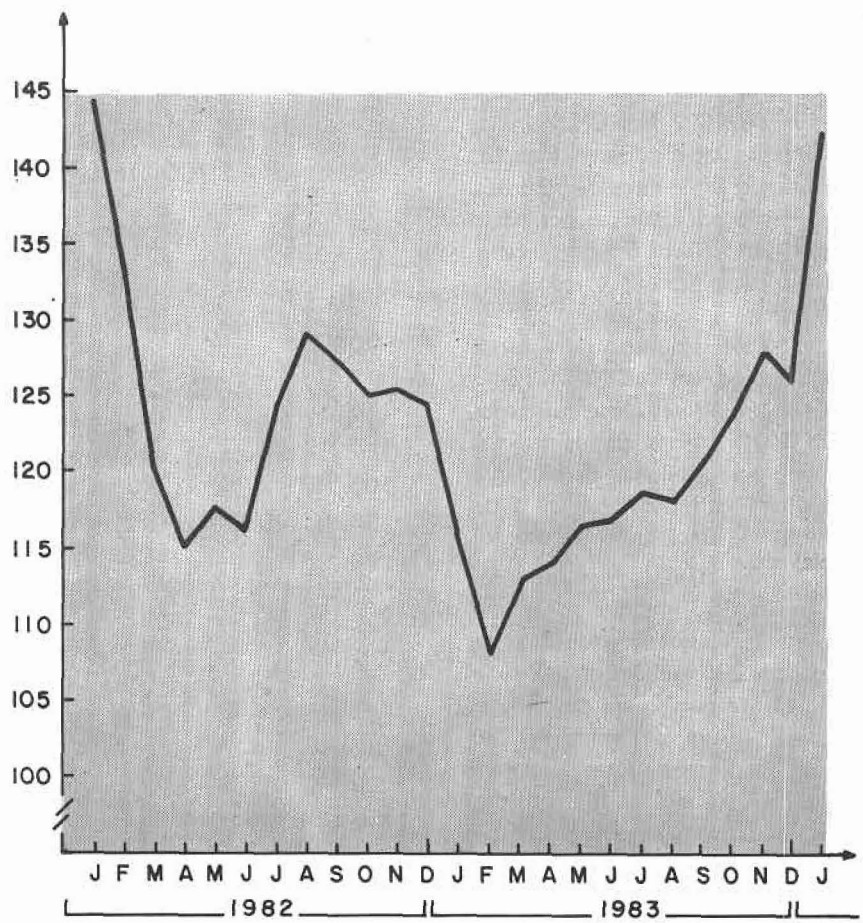
SUCO DE LARANJA CONCENTRADO

COTAÇÕES MEDIAS MENSAIS DO 1º FUTURO
NA BOLSA DE MERCADORIAS DE NOVA IORQUE

1982 — 1984

(US¢/lb — peso de sólido solúvel)

Gráfico 02



Fonte— Bolsa de Mercadorias de Nova Iorque

TÊXTEIS

As exportações totais de têxteis, segundo dados divulgados pela **Cacex**, renderam, no período de janeiro a novembro do ano passado, US$ 982,7 milhões (US$ 697,7 milhões em igual período de 1982). Ao aumento da receita, de 40,8%, contrapôs-se um aumento de 97,1% na quantidade vendida. O algodão em pluma e seus manufaturados auferiram uma receita de US$ 506,4 milhões (US$ 301 milhões no mesmo período de 1982). O aumento em divisas foi da ordem de 68,22% e, em termos de quantidade, de 122,6%. Vale destacar que a receita dos principais manufaturados de algodão foi da ordem de US$ 364 milhões, com crescimento de apenas 18,9%. Desse modo, a maior parte do elevado aumento da receita do **complexo algodão** resultou das vendas de algodão em pluma, cuja receita chegou a aproximadamente US$ 142,3 milhões.

Dentre os principais produtos têxteis, os maiores aumentos de receita ficaram por conta dos **fios de fibras artificiais e sintéticas** (+ 77,9%), dos **tecidos de algodão** (41,9%) e de **peças de vestuário e seus acessórios** (+ 37,5%). Em termos gerais, a receita dos principais produtos, excluindo o algodão em pluma, apresentou aumento de 23,9%, em comparação com a elevação de 52,7% apresentada na quantidade vendida no exterior (ver Quadro 09). A exemplo do ocorrido em 1982, também no ano passado a maioria dos produtos têxteis teve seus preços médios de exportação reduzidos. A situação em 1983 foi um pouco pior do que no ano anterior, tendo em vista que as reduções ocorridas tiveram como base preços já deprimidos, ou seja, inferiores aos praticados em 1981.

As exportações brasileiras, que costumam ser maiores no 1º semestre, nos primeiros três meses de 1983 igualavam-se praticamente ao valor de igual período um ano atrás, ou seja, comprometiam seriamente a meta de expansão anual prevista para os produtos têxteis. Os reflexos positivos da maxidesvalorização do cruzeiro decretada em meados de fevereiro de

QUADRO 10 – BRASIL – EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS TÊXTEIS – NO PERÍODO DE JANEIRO A NOVEMBRO – 1982-83

PRINCIPAIS PRODUTOS	RECEITA (US$ 1.000 Fob)		Δ% em 1983	PREÇO MÉDIO DE EXPORTAÇÃO		Δ% em 1983
	1982	1983[1]		1982	1983	
Fios de algodão	150.831	181.597	20,4	2.478,4	2.381,1	–3,9
Tecidos de algodão	90.687	128.729	41,9	3.669,7	3.310,5	–9,8
Roupas de cama, mesa e banho	64.553	53.662	–16,9	7.304,0	6.034,2	–17,4
Fios de seda não acondicionados para venda a varejo	21.553	24.288	12,7	28.352,8	25.352,8	–10,5
Sisal em bruto	15.016	30.913	105,9	479,9	374,5	–21,9
Tops de lã	37.903	45.072	18,9	4.217,5	3.827,2	–9,2
Cordéis, cordas e cabos de sisal	43.374	53.017	22,2	851,2	632,0	–25,7
Fios de fibras têxteis artificiais e sintéticas	34.204	60.847	77,9	3.217,7	2.776,0	–13,72
Tecidos de fibras têxteis artificiais e sintéticas	26.374	33.339	26,4	5.925,4	5.571,4	–6,0
Tecidos e artigos de malharia	43.496	38.963	–10,4	14.749,4	12.884,6	12,6
Vestuários e seus acessórios de tecidos	28.383	39.026	37,5	11.209,7	9.173,9	–18,2
TOTAL	556.374	689.453	23,9	–	–	–

FONTE – Cacex
[1] Acumulado de janeiro a novembro.

1983, fizeram-se sentir já a partir de abril, quando as exportações iniciaram sua tendência de aumento.

As vendas para o mercado norte-americano e para os países do Mercado Comum Europeu começaram a crescer, à medida em que aumentava a competitividade com os produtos dos principais concorrentes asiáticos. As quotas de exportação para o **Mercado Comum Europeu** e os **EUA** foram praticamente preenchidas, fenômeno impossível de se efetivar em anos anteriores. Por outro lado, os acordos bilaterais entre o Brasil e alguns países do Terceiro Mundo facilitaram a entrada dos têxteis nacionais nesses mercados, apesar das medidas protecionistas.

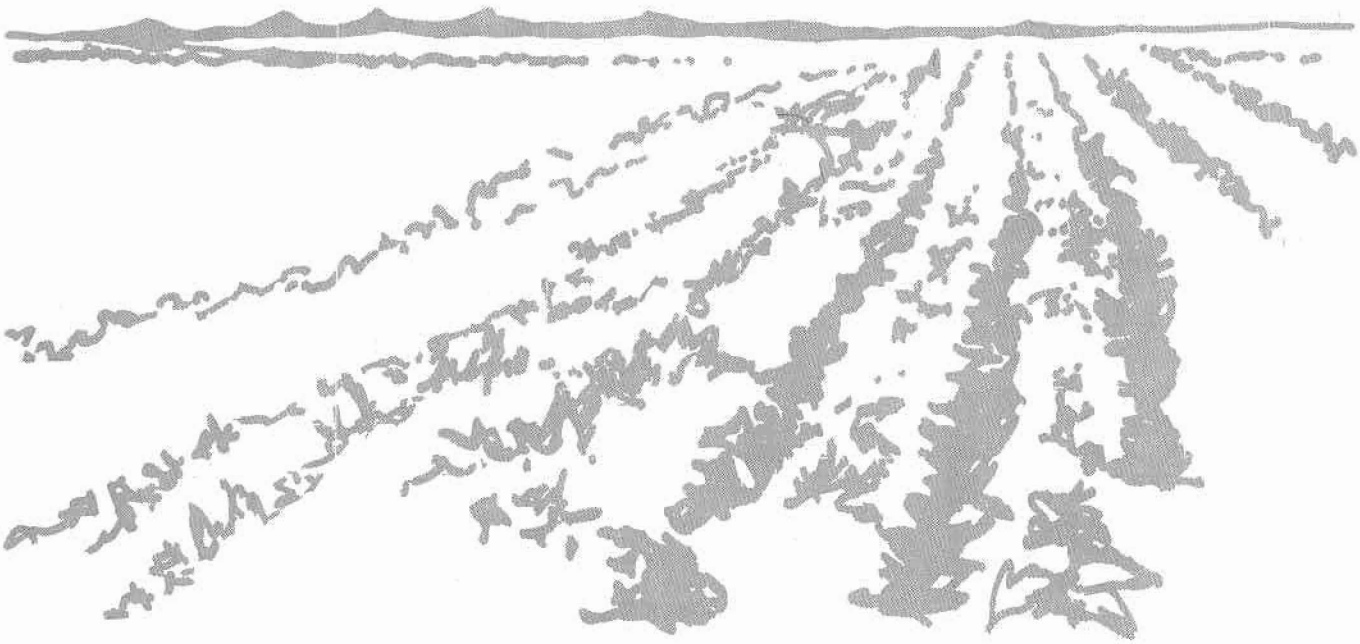
A **performance** das exportações brasileiras poderia, porém, ter sido melhor, se os preços internos da principal matéria-prima da indústria, o algodão, não tivessem disparado, a partir de meados do ano passado. A venda do algodão em pluma estocado para o exterior, aliada às quebras acorridas nas safras da região Centro-Sul e do Nordeste, reduziram de forma significativa a disponibilidade interna da fibra, fazendo subir os preços. Além disso, as restrições impostas às compras externas, reflexo da aguda escassez de divisas, impossibilitaram que a oferta fosse normalizada via importação de algodão. As importações liberadas, cerca de 10 mil t, não foram suficientes para interromper a subida das cotações.

Dessa forma, boa parte dos ganhos obtidos pelos exportadores, com a maxi foi absorvida pelo aumento verificado nos preços internos do algodão.

Para 1984, há indicações de que os preços reais da fibra irão permanecer num patamar próximo ao do ano passado. A safra da Região Centro-Sul, deverá ser inferior cerca de 4% à colhida em 1983. A safra do Nordeste necessitaria, portanto, praticamente, de um aumento de 100% para normalizar a oferta no mercado interno. Ainda não se sabe, porém, se os efeitos nocivos da seca, que há cinco anos castiga a região, serão superados em 1984.

Além dos preços elevados do algodão, a valorização do dólar frente às principais moedas da economia mundial poderá ter significativa influência nas exportações de têxteis deste ano. Isto porque, os produtos brasileiros perdem parte de sua competitividade em mercados como o **MCE** e o **Japão**, responsáveis hoje por mais de 30% das vendas brasileiras.

Assim, caso a valorização da moeda norte-americana persista, e tudo indica que ela prosseguirá no curto prazo, os produtos brasileiros tornar-se-ão mais caros para o consumidor europeu, que procurará comprá-los em outros países, com destaque para as nações da Ásia. Por outro lado, também no mercado norte-americano, os produtos nacionais terão seus preços majorados, em virtude da valorização no mercado interno do preço do algodão. Esta perda de competitividade poderá ser, porém, compensada, caso o algodão, em conseqüência da reduzida safra dos **EUA**, valorize-se também no mercado internacional, igualando, dessa forma, os custos da matéria-prima no Brasil e nos principais países concorrentes.



PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

AÇÚCAR

A Portaria nº 1, de 4/1/84, da **Sunab**, reajustou os preços do açúcar refinado nos municípios das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte e Recife, bem como nos municípios de Vitória, Cariacica, Viana e Serra, estes no estado do Espírito Santo. Os reajustes foram concedidos em função da elevação da alíquota do **ICM** para 17%. No Rio de Janeiro, o quilo de açúcar refinado, em nível de consumidor, passou a custar Cr$ 302, (Diário Oficial de 11/1/84).

CAFÉ

A Carta Circular nº 983, de 13/1/84, do **Bacen**, comunica o reajuste das bases de financiamento para comercialização de café, nos termos dos chamados **Financiamentos Especiais de Comercialização**. No caso do café, estes créditos são concedidos a cafeicultores e suas cooperativas, maquinistas e exportadores. Para os cafés despolpados vigora, a partir de 1º/1/84, o adiantamento de Cr$ 18.500/25 kg para os cafés comuns em coco, Cr$ 616/kg de renda, e para os beneficiados do **tipo 6** para melhor, bebida isenta de gosto **Rio-Zona**, Cr$ 37.000/60,5 kg. Estes valores representam elevação de cerca de 85% em relação aos vigentes a partir de 1º/7/83.

A Resolução 1/84, de 6/1/84, do **IBC**, fixou os preços de garantia de compra, pelo **IBC**, dos cafés da safra 1983/84 e anteriores, a vigorar a partir de 2/1/84. Os arábicas do **tipo 6** para melhor, isentos de gosto **Rio-Zona**, serão adquiridos por Cr$ 68.740/60, 5 kg, os do **tipo 7** para melhor, bebida **Rio-Zona**, por Cr$ 61.870/60, 5 kg e os robustas, variedade **Conillon**, por Cr$ 54.900/60,5 kg, quando do **tipo 7** para melhor. Estes preços serão, a partir de 1/4, corrigidos de acordo com a variação do **INPC**, no período janeiro/março.

CRÉDITO RURAL

Em janeiro, foram anunciados os novos **VBC's** para a safra 1984 da região Nordeste e do território federal de Roraima, onze meses após publicarem os que vigoraram em 1983. A maior alteração, em termos dos produtos abrangidos, foi a criação de um **VBC** diferenciado para a mandioca de 1 e 2 ciclos. No Quadro 11 apresentam-se as taxas de crescimento do **VBC** para alguns dos principais produtos cultivados na região, tomando-se como referência as faixas de menor produtividade.

A Circular 843, de 26/1/84, do **Banco Central** autoriza a manutenção dos encargos financeiros de 35% a.a. nos empréstimos para custeio e pré-comercialização, certos tipos de investimento e de créditos especiais concedidos nos municípios do Polígono das Secas e no estado do Maranhão, que já haviam sido relacionados pelo **Ministério do Interior** na área de emergência. Nesses municípios também continuarão vigorando, para os Programas Especiais (**Polonordeste, Proterra**, etc) os juros fixados em outubro de 1983.

QUADRO 11 – REGIÃO NORDESTE E TERRITÓRIO DE RORAIMA – PRODUTOS SELECIONADOS – VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO EM VIGOR PARA AS SAFRAS 1983 E 1984

PRODUTO	FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)	VBC (Cr$/ha) 1983	1984	Δ%
Algodão	até 150	11.100	27.100	144
Arroz de Sequeiro	até 600	17.500	43.900	151
Feijão	até 200	8.800	21.800	148
Mandioca (1º ciclo)	até 2.500	11.200	29.000	159
Milho	até 300	5.500	14.100	156

FONTE – Banco Central do Brasil.

Já no caso dos **EGF's**, serão aplicadas as disposições da Resolução 888, de 27/12/83. Esta Resolução, que complementa as alterações decorrentes da eliminação do subsídio ao crédito rural (ver **Agroanalysis**, vol. 7, nº 12, dezembro de 1983), fixa os encargos financeiros em variação da **ORTN** mais juros de 3% a.a., no caso dos empréstimos feitos aos agricultores, e em variação das **ORTN** mais juros de 12%, quando da substituição do vínculo de produtos **in natura** por produtos beneficiados ou industrializados ou por títulos oriundos da comercialização dos produtos.

Desta forma, na região Nordeste é mantido o subsídio ao crédito rural, exceto no que se refere aos produtos atendidos pela política de preços mínimos através dos **EGF's**.

ECOLOGIA

O Decreto 89.268 de 3/1/84 (D.O. 4/1/84) cria a **Reserva Ecológica do Raso da Catarina**, situada em terras devolutas no Nordeste do estado da Bahia, com área de quase 100 mil ha. A administração e fiscalização da **Reserva** foi entregue à **Secretaria Especial do Meio Ambiente**, mas a abertura de estradas na sua área dependerá da aprovação prévia do Poder Executivo Federal. O Decreto dispõe, ainda, que, constatada "a existência de jazidas minerais de relevante interesse para o desenvolvimento nacional, a área prevista no artigo 1º (do Decreto) será delimitada, a fim de permitir a respectiva exploração".

EXPORTAÇÕES

Em 27/1/84, a **Cacex** publicou seu comunicado nº 71, regulamentando as exportações de sucos de laranja e tangerina referentes à quota do quarto bimestre da safra 1983/84. Fica autorizada, para utilização imediata, a antecipação de 50% da quota de cada empresa, observado o preço mínimo de US$ 1.250/t **Fob.** O restante deverá ser liberado, oportunamente, para embarque no período de abril a junho, ao preço mínimo de US$ 1.300/t **Fob.**

IMPORTAÇÕES

A Resolução nº 5.0551, de 21/12/83, da **Comissão de Política Aduaneira (CPA)**, isentou de Imposto de Importação uma quota de até 12 mil t de fibras de juta ou de **kenaf** (esta, uma fibra similar a juta) (D.O. 11/1/84).

A Resolução 895, de 30/1/84, do **Banco Central**, reduz para 12,5% a alíquota do **IOF** na liquidação das operações de câmbio relativas ao pagamento da importação de 7.500 t de juta (D.O. 31/1/84).

Ambas as medidas decorrem da necessidade de fornecer matéria-prima à indústria de aniagem, seriamente afetada pela quebra das safras de juta e malva.

A Resolução nº 5.0555, de 1º/12/83, da **CPA**, reduziu para 5% as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre uma série de matérias-primas destinadas à produção de defensivos animais (D.O. 11/1/84). O mesmo Diário Oficial publica a Resolução nº 5.0558, de 21/12/83, do **CPA**, que concede a mesma regalia a algumas matérias-primas destinadas à produção de defensivos agropecuários.

Na mesma data, o **CPA**, através de sua Resolução 8.0558, isentou do Imposto de Importação uma quota de até 1 milhão de t de trigo em grão.

A Resolução nº 892 de 9/1/84, do **Bacen** (D.O. 9/1/84) divulga decisão do **CMN**, reduzindo para zero a alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, incidente na liquidação das operações de câmbio decorrentes do pagamento de importações de óleo de soja degomado. A medida visa a facilitar as importações, dada a aparente escassez de óleo de soja em alguns dos principais centros urbanos. A indústria esmagadora vem reivindicando majoração de preços, o que, se autorizado, contribuirá para inviabilizar os esforços feitos para reduzir a inflação. Contudo, o principal objetivo dessa decisão parece ser a de provocar certo impacto psicológico sobre os detentores de estoques especulativos, pois há fortes indícios de que existem estoques de óleo suficientes para abastecer, aos preços permitidos pela **SEAP**, o mercado consumidor, até a entrada da nova safra.

PREÇOS MÍNIMOS

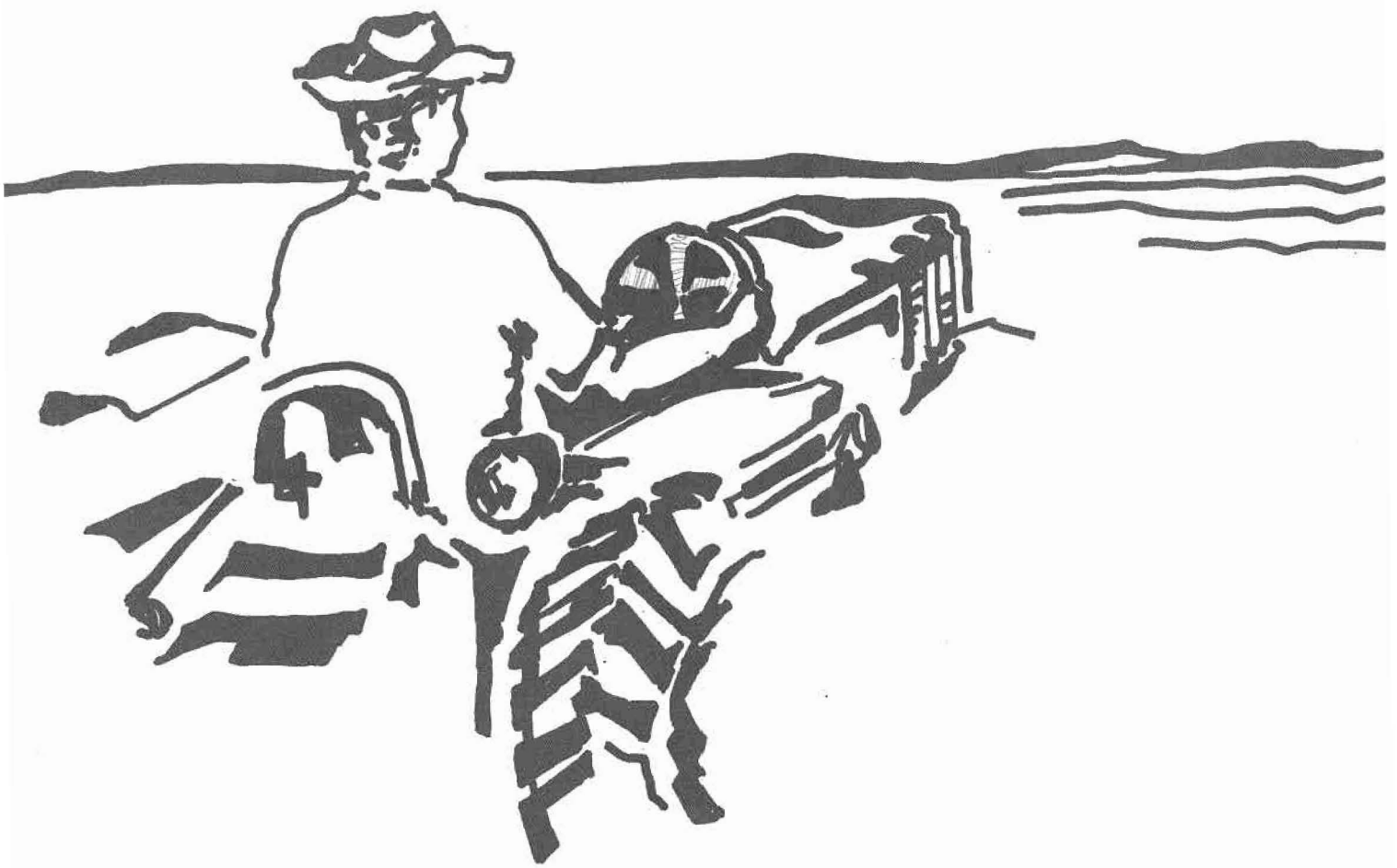
No final de janeiro, a **CFP** divulgou os preços mínimos corrigidos pela variação entre julho de 1983 e fevereiro de 1984. Na verdade, este ano, diferentemente do que ocorreu nos dois anos em que o sistema se encontra em vigor, os preços mínimos básicos foram, ainda, corrigidos no mês de fevereiro. Entretanto, verifica-se que, na região Centro-Sul, os preços mínimos de apenas dois dos quatro produtos considerados tiveram correção superior à variação do **IGP-DI**, que é a medida geralmente aceita como representativa do nível de inflação. Os preços mínimos este ano foram reajustados pela variação da **ORTN** (anteriormente eram reajustados pela variação do **INPC**), o que provocou uma certa defasagem na correção dos preços. No período julho/83 – janeiro/84 o aumento do **IGP-DI** foi de 80% e o da **ORTN** de 66%. É preciso considerar, ainda, que fevereiro representa o início da safra, que se estende até maio ou junho. Assim, se nos próximos meses as taxas de inflação não se reduzirem acentuadamente, os agricultores que colherem mais tarde terão seus ganhos reduzidos. Aqui está um ponto de difícil solução, pois uma alta dos

preços de mercado em relação ao mínimo é sinal de safra escassa e o agricultor não se beneficia, já que vende menor quantidade. Por outro lado, uma safra abundante representa para o agricultor a perspectiva de ter de arcar com os custos de uma eventual estocagem por conta própria, levando-o a preferir a venda imediata, o que reforça a tendência declinante dos preços de mercado. Esta possibilidade deve ser encarada com bastante cuidado, pois a safra, cuja colheita está se iniciando, foi em boa medida financiada com recursos próprios dos agricultores. Note-se que, no período janeiro/setembro de 1983, o total do crédito rural concedido cresceu 54% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto a inflação, medida pelo **IGP-DI**, foi, em média, de 128%.

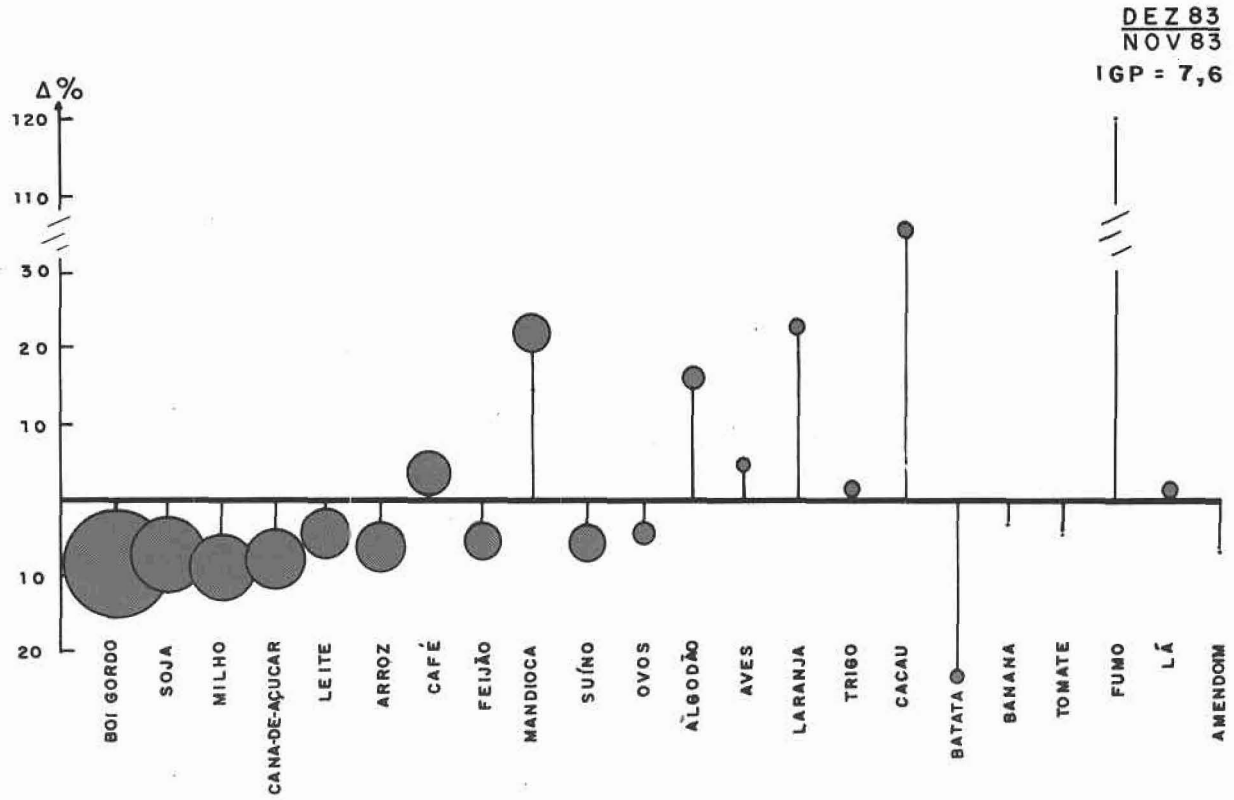
QUADRO 12 – PRODUTOS SELECIONADOS – PREÇOS MÍNIMOS CORRIGIDOS* PARA AS SAFRAS DA REGIÃO CENTRO SUL

PRODUTO		1983	1984	Δ%
Algodão em caroço	@	1.886	6.678	254
Arroz de sequeiro	50 kg	2.694	9.350	247
Milho	60 kg	1.974	6.180	213
Soja	60 kg	2.552	7.242	183

FONTE – Comissão de Financiamento da Produção.
*** Preços corrigidos entre julho e janeiro de cada ano. Entre janeiro de 83 e janeiro de 84 o *IGP-DI* cresceu 213%.**



PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS

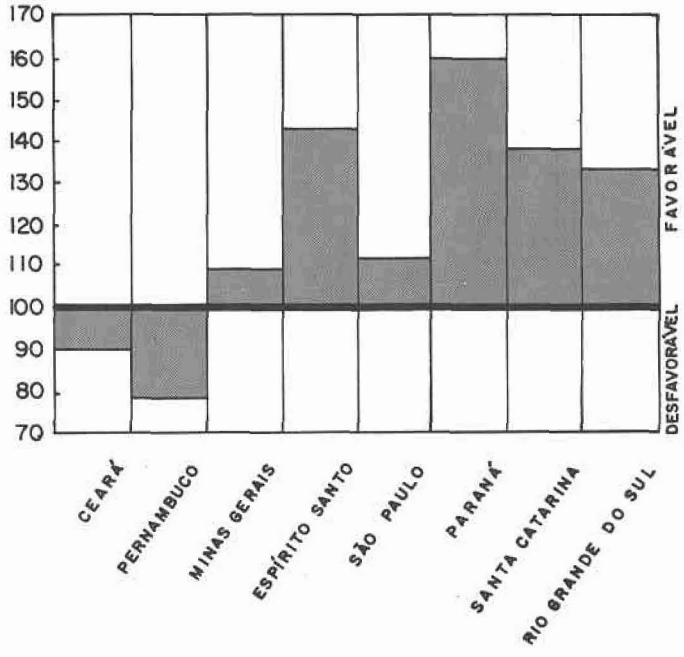


No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP–DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980.

No gráfico ao lado está a relação de trocas entre a agropecuária e a indústria, relativas a oito unidades da Federação. Os resultados acima de 100 indicam que os preços recebidos pelos agricultores cresceram mais do que os por eles pagos na compra de insumos.

RELAÇÃO DE TROCAS (ÍNDICE DE PREÇOS RECEBIDOS / ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS) 1966 = 100

DEZEMBRO 1983



CALENDÁRIO AGRÍCOLA

LAVOURAS PERMANENTES
PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES

CACAU

		MESES											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
BAHIA	Preparo do solo	●							●	●	●	●	●
	Semeadura ou plantio				●	●	●	●					
	Tratos culturais	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	Colheita	●			●	●	●	●	●	●	●	●	●
	Comercialização	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	Entressafra		●	●									

CAFÉ

		MESES											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
MINAS GERAIS	Preparo do solo						●	● ●	● ●	● ●	● ●	●	
	Semeadura ou plantio	● ●	● ●	●	●	●					●	● ●	● ●
	Tratos culturais	● ●	● ●	● ●	● ●	● ●				●	● ●	● ●	● ●
	Colheita				●	● ●	● ●	● ●	● ●	●			
	Comercialização	●	●	● ●				●	●	● ●	● ●	● ●	● ●
	Entressafra	● ●	● ●	●							● ●	● ●	● ●

CANA-DE-AÇÚCAR

		MESES											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
SÃO PAULO	Preparo do solo												
	Semeadura ou plantio	● ●	● ●	● ●						● ●	● ●	● ●	
	Tratos culturais	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	Colheita						●	●	● ●	● ●	●	●	●
	Comercialização						●	●	●	●	●	●	●
	Entressafra	●	●	●	●	●							

LARANJA

		MESES											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
SÃO PAULO	Preparo do solo												
	Semeadura ou plantio	● ●	● ●	●				●	●	●	● ●	● ●	● ●
	Tratos culturais	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	Colheita	●	●	●	●	●	●	● ●	● ●	● ●	● ●	●	●
	Comercialização	● ●	● ●	● ●	●	●	●	● ●	●	●	●	● ●	● ●
	Entressafra				●	●	●						

Fonte: Centro de Estudos Agrícolas – FGV

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de janeiro).
1 — Preço médio um ano antes
2 — Preço médio no mês de janeiro.*
3 — Preço médio na última quinzena de janeiro*
4 — Preço médio na última semana de janeiro*
5 — Comportamento dos Preços Futuros
6 — Tendência do mercado
7 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

* futuro — primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	5,96	6,97	7,00	6,98	F: 7,75 / M: 8,11 / A: 8,41 / M: 8,65 / J: 8,82 / J: 9,48 / A / S / O / N / D / J	➡	Após reunião preparatória realizada pelos países exportadores, permanece improvável a obtenção de um novo Acordo Internacional do Açúcar.
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	65,99	75,40	75,76	75,65	F: 75,40 / M: 76,33 / A: 76,82 / M / J: 73,10 / J / A / S / O / N / D: 71,83 / J	➡	Consumo de algodão nos EUA cai em dezembro. URSS vende algodão da nova safra para o Japão. Alta do dólar reduz exportações dos EUA.
CACAU BAHIA US$/tonelada	1.678,29	2.563,53	2.555,50	2.663,50	F: 2.563,53 / M: 2.547,59 / A: 2.530,94 / M: 2.521,65 / J / J / A / S / O / N / D: 2.476,88 / J	➡	Problemas na safra africana poderão trazer novo impulso ao mercado.
CAFÉ SANTOS US$ ¢/lb-peso	127,96	141,71	143,43	144,32	F: 141,71 / M: 137,28 / A: 134,82 / M: 132,66 / J / J / A / S / O / N / D: 130,57 / J	➡	A ampliação da quota global de exportação em 1 milhão de sacas, determinada pela OIC, deverá esfriar a tendência altista das últimas semanas.

NOTA — "spot" de cacau e café suspensos

PANORAMA AGROPECUÁRIO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES												TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
					F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J		
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	254,94	330,55	328,57	330,13		330,55		333,26		333,45		307,47			291,19			Embora o relatório de oferta e demanda do USDA aponte um aumento de 2% na produção, esta ainda é 50% inferior à de 1982/83.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	589,70	765,67	742,15	740,44		765,67		779,06		788,18	780,66	744,60		717,08		729,49		Fraca demanda e proximidade da entrada das safras sul-americanas têm efeito baixista sobre as cotações.
SOJA FARELO US$/tonelada	179,22	204,13	196,69	196,18		204,13		205,75		207,24	205,37	201,29	192,23		193,20			Forte valorização do dólar frente às moedas européias enfraquece os preços.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	335,54	352,96	346,74	340,07		352,96		349,50		341,06		348,44			361,41			Bom desenvolvimento das safras no Hemisfério Norte causa enfraquecimento das cotações.

NOTA – "spot" de cacau e café suspensos

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de janeiro).
1 — Preço médio um ano antes
2 — Preço médio no mês de janeiro*
3 — Preço médio na última quinzena de janeiro*
4 — Preço médio na última semana de janeiro*
5 — Comportamento dos Preços Futuros
6 — Tendência do mercado
7 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

* futuro — primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6—Sul do BR Cr$/15 kg 1º futuro	18.271	35.910	35.910	35.910		Quebras nas produções dos estados do Paraná e São Paulo poderão elevar ainda mais as cotações.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cr$/sc. 60 kg	30.437	23.166	25.875	26.500		Em fim de fevereiro, será iniciada a colheita no Rio Grande do Sul.
CAFÉ Tipo 6 Cr$/sc. 60 kg	82.671	95.791	98.050	101.833		Preço de garantia continua indexado ao INPC. Aumenta a escassez de tipos finos.
BOI GORDO Cr$/arroba	13.002	19.750	20.000	20.000		Previsto aumento das exportações. Indefinição quanto ao plano de estocagem para distribuição na entressafra. Dificuldade de repasse de preços no mercado retalhista.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cr$/sc. 60 kg	24.600	23.902	24.000	24.000		Breve será incrementado o ingresso do feijão da seca, sendo que a safra de Minas Gerais já está no mercado.
FRANGO Vivo Cr$/kg	489	725	806	843		Repasse do aumento dos custos, a despeito da retração do poder de compra dos consumidores.
MILHO Amarelo Semiduro Cr$/60 kg	5.986	10.319	11.093	11.250		Notícias de quebra de safra no Centro-Sul aquecem as cotações.
SOJA - GRÃO Industrial Cr$/60 kg	10.006	17.902	18.250	18.250		Queda das cotações externas pressiona os preços internos.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo: Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

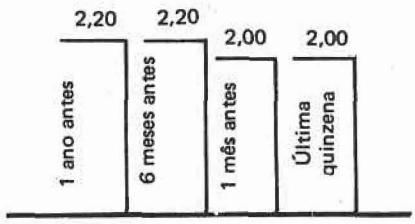
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (**bushel**).

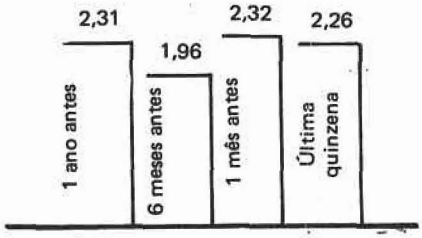
Inalterado

Algodão/Soja



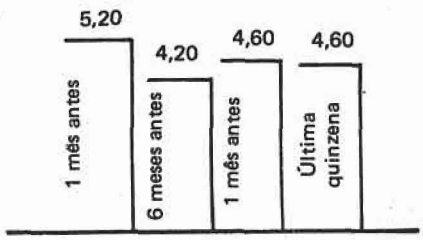
Na última quinzena, o preço do milho manteve-se praticamente estável em comparação com a média do mês e a cotação da soja apresentou uma variação negativa da ordem de 3,1%. Isto se deveu à estimativa de oferta e demanda realizada pelo **USDA**, em meados de janeiro, que registrou um aumento de 4% (ou 1,6 milhão de t) na safra norte-americana de soja.

Soja/Milho



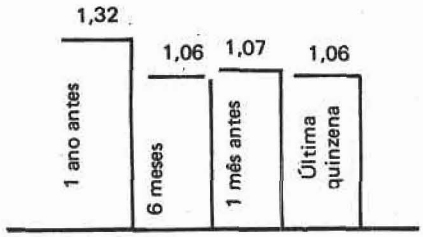
Inalterado

Algodão/Milho



Praticamente igual ao preço relativo médio do mês, o mais novo patamar desta relação resulta da desvalorização de 1,8% ocorrida no preço do trigo, em conseqüência das informações de que as safras tritícolas do hemisfério Norte têm apresentado bom desenvolvimento, o que poderá significar um novo recorde de produção.

Trigo/Milho



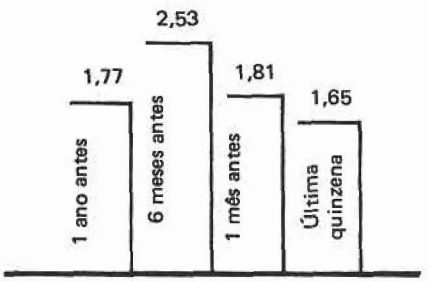
FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão: Unicom e Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Unicom e Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS · MERCADO INTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Divide-se o quociente do preço relativo frango vivo/ração para ave de corte pelo fator de conversão alimentar (1,5) de modo a obter-se um resultado de mais fácil compreensão.

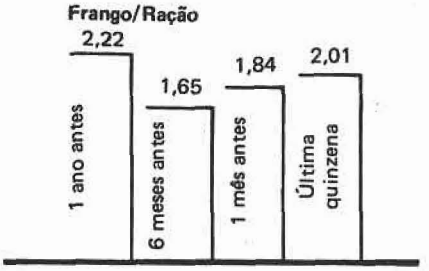
O preço do boi gordo durante a última quinzena de janeiro apresentou evolução da ordem de 1,3% em comparação com o preço médio do mês, devido à menor oferta de animais aos abatedouros. Em função tanto deste fator, como da menor oferta de frangos de corte e da escalada dos custos de produção avícola, o preço da ave, no período, apresentou um ganho da ordem de 11,1%. Há seis meses, esta relação de preços sinalizava mais favoravelmente à ave, tendo em vista o fato de, então, o seu custo de produção ainda não ter iniciado o processo de alta acelerada, ditado pelas perdas da safra de milho 1982/83 no Sul do país.

Boi Gordo/Frango Vivo



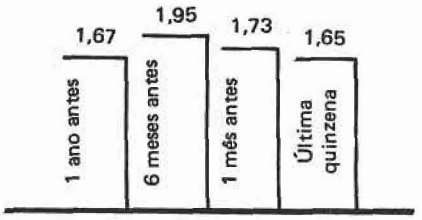
Concomitantemente aos fatores que atuaram sobre o preço da ave na última quinzena, ocorreu uma variação menos acentuada (1,9%) no preço da ração para ave de corte. Desta forma, a relação se elevou, em comparação com a média do mês, embora ainda seja inferior ao patamar estabelecido um ano antes.

Frango/Ração



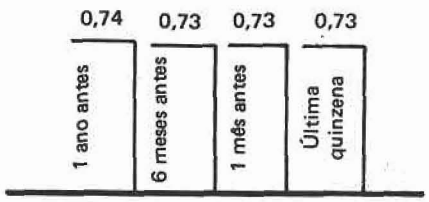
Praticamente igual ao valor de um ano antes, o preço relativo desta quinzena revelou-se inferior ao da média do mês, tendo em vista o aumento de 7,5% observado no preço do milho, no período, ao mesmo tempo em que a cotação da soja evoluía 1,9%. As primeiras informações relativas às perdas na colheita do milho no Rio Grande do Sul podem ser responsabilizadas por este fato, tendo em vista tratar-se do segundo maior produtor brasileiro do cereal.

Soja/Milho



Inalterado

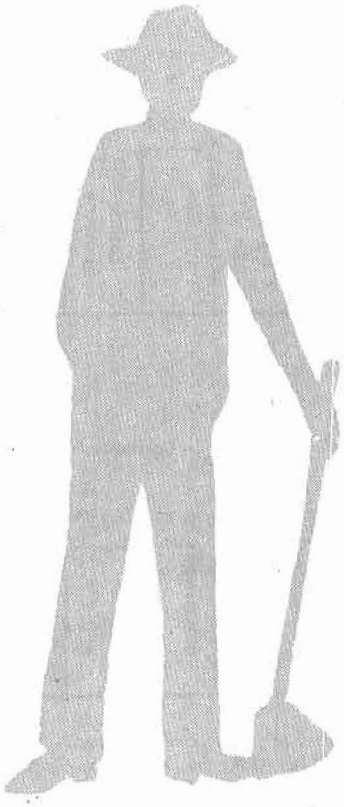
Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS – Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado, ao nível do Brasil como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias — CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Emater's, Cepa's, CFP, Secretarias de Agricultura e Secretarias de Planejamento. Seus resultados, segundo dispositivo legal (Decreto 68.678/71), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** terão aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



QUADRO 13 — LAVOURAS — ÁREA COLHIDA E PRODUÇÃO OBTIDA NO ANO CIVIL DE 1983 SEGUNDO LEVANTAMENTO EM DEZEMBRO

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA COLHIDA (ha)		PRODUÇÃO OBTIDA (t)
Abacaxi	30.483	(3)	551.305
Algodão	2.928.600		1.603.823
Algodão arbóreo	1.580.610		78.198
Algodão herbáceo	1.347.990		1.525.625
Alho	15.596		57.621
Amendoim	212.191		284.332
Amendoim (1ª safra)	156.531		228.840
Amendoim (2ª safra)	55.660		55.492
Arroz	5.110.398		7.749.513
Aveia	96.861		98.592
Banana	401.708	(4)	441.097
Batata-inglesa	167.878		1.818.514
Batata-inglesa (1ª safra)	102.328		1.037.529
Batata-inglesa (2ª safra)	65.550		780.985
Cacau (2)	544.331	(2)	380.182
Café	2.279.317		3.330.543
Cana-de-açúcar	3.447.390		216.703.375
Cebola	67.174		724.583
Centeio	3.942		3.634
Cevada	122.298		131.261
Coco-da-baía	168.680	(3)	480.762
Feijão	4.068.872		1.586.993
Feijão (1ª safra)	2.334.236		900.458
Feijão (2ª safra)	1.734.636		686.535
Fumo	315.980		395.485
Guaraná	5.758		633
Juta	10.993		12.919
Laranja	623.240	(3)	58.136.016
Malva	44.693		47.919
Mamona	271.346		171.619
Mandioca	2.021.143		21.746.071
Milho	10.741.956		18 743.761
Pimenta-do-reino	21.072		32.991
Rami	4.670		9.583
Sisal	306.661		180.859
Soja	8.136.491		14.582.052
Sorgo granífero	109.647		212.782
Tomate	48.155		1.547.030
Trigo	1.884.729		2.265.285
Uva	58.063		574.507

FONTE — IBGE

[1] Dados preliminares, sujeitos a retificações. [2] Área com pés em produção e/ou produção esperada. [3] 1.000 frutos. [4] 1.000 cachos.